TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

EMENTÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão do Ementário

Supervisores

Desembargador Manoel Christo Alves Filho

Assessora do Plenário “Des. Orlando Dias Vieira”.

Dra. Rosa Helena Tavares de Christo Alves.

Assessora do Plenário “Des. Oswaldo Pojucan Tavares”.

Dra. Ednair Melo Fernandes Leão.

Capa: Arquiteto *Walter Nazareno Mendes Lima*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Desembargador..... JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA – Presidente
Desembargadora..... CLIMENIÊ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES – Vice-Presidente
Desembargadora..... MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA – Corregedora

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Desembargador..... JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA
Desembargadora..... CLIMENIÊ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES
Desembargadora..... MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA
Desembargadora..... MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS
Desembargadora..... MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA

MEMBROS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Desembargador..... RICARDO BORGES FILHO
Desembargadora..... MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS
Desembargador..... WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA
Desembargador..... HUMBERTO DE CASTRO
Desembargador..... JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA
Desembargadora..... IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO
Desembargadora..... CLIMENIÊ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES
Desembargadora..... MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA
Desembargador..... CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES
Desembargador..... PEDRO PAULO MARTINS
Desembargador..... JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA
Desembargador..... WERTHER BENEDITO COÊLHO
Desembargadora..... YVONNE SANTIAGO MARINHO
Desembargadora..... RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES
Desembargador..... JAIME DOS SANTOS ROCHA
Desembargadora..... ALBANIRA LOBATO BEMERGUY
Desembargador..... BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA
Desembargadora..... OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY
Desembargadora..... MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES
Desembargador..... FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES
Desembargadora..... MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA
Desembargador..... OTÁVIO MARCELINO MACIEL
Desembargadora..... MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE
Desembargadora..... CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE
Desembargadora..... HERALDA DALCINDA BLANCO RENDEIRO
Desembargadora..... SÔNIA MARIA DE MACEDO PARENTE.

SUMÁRIO

EMENTAS

Pag

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

Ação Rescisória	11
Agravo	15
Apelação.....	25
Conflito de Competência.....	45
Embargos de Declaração.....	49
Embargos Infringentes.....	55
Mandado de Segurança.....	59
Reexame de Sentença.....	67

PENAL E PROCESSUAL PENAL

Ação Penal.....	77
Agravo	83
Apelação.....	87
Habeas Corpus.....	93
Recurso em Sentido Estrito	105

ÍNDICE SISTEMÁTICO	109
--------------------------	-----

EMENTAS

**CIVIL E PROCESSUAL
CIVIL**

A Ç ã O R E S C I S Ó R I A

AÇÃO RESCISÓRIA. ESPÓLIO. EXCLUSÃO DA PENHORA DOS IMÓVEIS. IMPROCEDÊNCIA.

Ação Rescisória. Através do venerando acórdão nº19.107/91, por unanimidade de votos, foi ordenada a exclusão da penhora dos imóveis do espólio de José Irassú Benassuly Moreira, a cota correspondente a 1/26 avos, pertencente a herdeira menor Renata Cristina Amorim Moreira. Novo julgamento fêre o anteriormente proferido, não encontrando justificativa para nova apreciação. Ação Rescisória improcedente. Unanimidade de votos.

(A.Rescis.. – PA. Acórdão nº35.877. Relator: Des. PEDRO PAULO MARTINS. 3ª Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 30/03/99).

AÇÃO RESCISÓRIA. PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. INOCORRÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL EM VIRTUDE DE NÃO EXITIR LIDE. INEXISTÊNCIA NA SENTENÇA RESCINDENDA.

Processo Civil. Rescisória. Art. 485, itens II, IV e V, do CPC. 1. Incompetência da Vara de Família. Tratando-se de acúmulo de pedidos na causa petendi, constituindo-se em declaração de inexistência de parentesco, resultando de exame de DNA negatório de paternidade e, por objeto principal, a retificação contenciosa do registro de nascimento. Art. 348, C.C. , o juízo competente, rationae materiae, é o da vara de registros públicos - art. 115, II “A”, do Código Judiciário do Estado do Pará. 2. Ofensa à coisa julgada. Descaracterização. “Res Judicata”, em sentença homologatória do então desquite amigável. Coisa julgada fôrmal, posto que esgotados, ou não exercidos, os recursos possíveis. Inteligência do art. 1.111, do Estatuto Processual. Em procedimento de jurisdição voluntária, não se opera a coisa julgada material, porque inexistente lide. 3. Violação à literal disposição de lei. Inexistência na sentença rescindenda. Prescrição que não ocorre. Exame de DNA negatório de filiação na constância do casamento. Hipótese totalmente nova, não contemplada especificadamente no Código Civil Brasileiro, que não acompanhou a evolução técnico-científica atual. Aplicação do artigo 179, c/c o art. 177, do mencionado código. Decisão unânime.

(A.Rescis. - PA. Acórdão nº35.921. Relatora: Desa. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 30/03/99).

A G R A V O

TUTELA ANTECIPADA. CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR. DESPACHO DE FEITO DE NATUREZA SATISFATIVA.

A concessão de tutela antecipada em assunto de natureza satisfativa, precede a citação da parte passiva, salvo se houver prova inequívoca da verossimilhança da alegação, haja receio fundado de dano irreparável ou de difícil reparação, ou ainda se caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu, ex-vi do Art. 273 do CPC. Agravo provido.

(Ag. Inst. - PA. Acórdão nº 35.356. Relator: Des. NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 14/12/98).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA EM AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DESACOLHIDA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL.

Agravo interposto julgado prejudicado face o julgamento da apelação contra a decisão dos autos principais com embargos rejeitados - Negado seguimento a recurso especial que não possui efeito suspensivo, a teor do Art. 542, § 2º do CPCB, ainda que havendo o recurso de agravo. Não conhecido o agravo interposto da decisão que inadmitiu o recurso especial do acórdão que, reformando a sentença monocrática, julgou procedente a ação de prestação de contas, incabível negar admissibilidade à execução provisória, estribada em carta de sentença legalmente concedida. Agravo conhecido, mas improvido.

(Ag. Inst. - PA. Acórdão nº 35.077. Relator: Des. PEDRO PAULO MARTINS. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 13/11/98).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA. JUNTADA POSTERIOR.

Ocorrendo a juntada posterior de peça obrigatória prevista no art. 525, item I, do Código de Processo Civil, não se conhece do recurso. Decisão unânime.

(Ag. Instr. - PA. Acórdão nº 35.690. Relatora: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 04/03/99).

AÇÃO DE USUCAPIÃO. IMPROCEDÊNCIA. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CONCESSÃO DE LIMINAR.

Agravo. Ação de Reintegração de Posse. Ação de usucapião julgada improcedente e transitada em julgado. Posteriormente o ora agravado ingressou com a Ação de Reintegração de Posse, sendo-lhe concedida liminarmente a Reintegração do imóvel. Medida liminar de acordo com os princípios legais e em direito admitidos. Recurso improvido. Decisão unânime.

(Ag. – PA. Acórdão nº35.777. Relator: Des. PEDRO PAULO MARTINS. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/03/99).

MEDIDA CAUTELAR INOMINADA DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ILEGALIDADE PRATICADA POR PREFEITO MUNICIPAL.

Agravo. Medida Cautelar Inominada de Cumprimento de Obrigação de Fazer, com pedido de liminar deferido. Ato ilegal praticado pelo Prefeito Municipal deixando de repassar o duodécimo constitucional integral à Câmara Municipal. Segundo os preceitos constitucionais federal e estadual e a Lei Orgânica do Município de Avero, concessão da Medida Liminar pleiteada foi consequência do preceituado por lei. Recurso conhecido e improvido. Unanimidade de votos.

(Ag. – PA. nº35.822. Relator: Des. PEDRO PAULO MARTINS. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/03/99).

ACÓRDÃO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÕES DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS PROPOSTAS CONTRA ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL DE BELÉM.

Tudo decorrente das cobranças de obrigações assumidas pelos demandados e oriundas de contratos celebrados entre as partes litigantes. Rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva “ad causam” do Município. Existência de conexão de ações (Art. 103 do CPCB), a aconselhar que as diversas ações executivas que correm em separado perante as três varas do feito da Fazenda Pública, com idêntica competência, sejam reunidas, observando o Art. 106 da lei de Rito. Prevenção do Juízo que despachou em primeiro lugar, que “in casu” foi o titular da 21ª Vara Cível da Comarca da Capital. Agravo improvido.

(Ag. Inst.-PA. Acórdão nº 35.565. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 27/11/98)

AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA.

Recurso de Agravo de Instrumento. Ação Ordinária com Pedido de Tutela Antecipada. I) Preliminar : Instrução deficiente. Ausência de certidão de intimação. Não caracterização. Rejeição. II) Mérito: a ausência de fundamentação, a não comprovação dos requisitos legais, o afastamento do contraditório e a vedação à suplicada em usar de procedimentos cabíveis para assegurar o recebimento de seu crédito ensejam o provimento do recurso e cassação da medida hostilizada. Provimento.

(Ag. – PA. Acórdão nº 35.765. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 04/03/99).

SUBSTITUIÇÃO DO BEM OFERECIDO À PENHORA. ADMISSIBILIDADE.

Agravo de Instrumento. Substituição do bem oferecido à penhora. Admissibilidade. 1. Preliminares de inadmissibilidade e intempestividade do recurso. Rejeitadas à unanimidade pelos fundamentos constantes no arresto. II. Não sendo localizados os bens indicados pelo devedor, deve a penhora ser substituída por outros bens que integram o patrimônio do devedor, a fim do Estado prestar tutela jurídica ao credor. III. Recurso conhecido e provido para reformar o despacho agravado e admitir a substituição dos bens indicados à penhora. IV. Decisão unânime.

(Ag.Instr.– PA. Acórdão nº35.783. Relatora: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 15/03/99).

AGRAVO. REJEIÇÃO DE PRELIMINARES. DECISÃO QUE EXIGE FUNDAMENTAÇÃO A TEOR DO ART. 93, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 165 DO CPC.

Agravo. Rejeição de preliminares. Decisão que exige fundamentação a teor do art. 93, IX da Constituição Federal e art. 165 do CPC. A rejeição de preliminares é matéria que exige fundamentação, como impõe as normas contidas no art. 93, IX da Constituição Federal e art. 165 do CPC. Recurso provido.

(Ag. - PA. Acórdão nº35.914. Relatora: Desa. CLIMENIÈ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/03/99).

INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. RECUSA EM SE SUBMETER AO DNA. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, ART. 5º, II, DA CF. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO STF EM DESACORDO COM A OBRIGATORIEDADE DA REALIZAÇÃO DO EXAME DNA CONTRA A VONTADE DO PERICIADO. PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE DO CORPO HUMANO.

Agravo de Instrumento. Investigação de paternidade. Exame de DNA. Recusa da parte em fazê-lo. Princípio da legalidade, art. 5º, II, da CF, segundo o qual ninguém será obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Entendimento jurisprudencial do STF, que se posiciona contrário a obrigatoriedade da realização do exame DNA, se contra a vontade do periciado, sob a invocação ao Princípio da Intangibilidade do Corpo Humano. Recurso conhecido e provido à unanimidade.

(Ag.Instr. - PA. Acórdão nº35.915. Relatora: Desa. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/03/99).

AGRAVO INOMINADO. PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS E EXTRÍNSECOS EXIGIDOS PELO ART. 525, I, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE SER A SENTENÇA COMPLEMENTADA OU SUPLEMENTADA.

Agravo Inominado. Conversão em diligência para sanar irregularidade de falta de documento obrigatório ao agravo de instrumento. Inadmissibilidade. 1. O agravo de instrumento deve ser instruído com os pressupostos intrínsecos e extrínsecos exigidos pelo art. 525, I, do CPC, não mais podendo a petição ser aditada, complementada ou suplementada, com a interposição do agravo inominado a que se refere o art. 557, parágrafo único, do CPC. II. Decisão unânime.

(Ag.Inom. - PA. Acórdão nº36.110. Relatora: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/04/99).

OBRIGATORIEDADE DE DOCUMENTOS. ART.525, INCISO I, DO CPC. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.

Agravo Inominado. Decisão do Relator que negou seguimento a agravo de instrumento por instrução deficiente. 1. Dispondo o art. 525, inciso I, do CPC, sobre os documentos que obrigatoriamente devem instruir o agravo de instrumento, na ausência de qualquer dos documentos o Relator negará seguimento; 2. Inteligência dos arts. 525, inciso I e 557 do CPC; 3. Precedentes jurisprudenciais; 4. Recurso conhecido mas improvido para manter a decisão “a quo”.

(Ag.Inom. - PA. Acórdão nº36.118. Relatora: Des. MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA. 2ª Câmara Cível Isoladas. Unânime. Julgamento:22/04/99).

PREVISÃO LEGAL DE PROIBIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE SER AFASTADO O PODER DE INSPEÇÃO DO JUIZ.

Direito Processual Civil. A previsão legal de proibidade, que apenas exige a mera alegação da condição de que necessita da gratuidade processual, não afasta o poder de inspeção do Juiz, indeferindo esse benefício, quando há seguros indícios de que dele não necessita.

(Ag.Instr. - PA. Acórdão nº36.111. Relatora: Dra. MARTA INÊS ANTUNES JADÃO, Juíza especialmente convocada. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento:12/04/99).

DESAPOSSAMENTO DO BEM EXECUTADO EM FAVOR DO CREDOR. GRAVAME SIGNIFICATIVO

Recurso de agravo de Instrumento. O desapossamento do bem executado em favor do credor, salvo em casos que a providência é recomendada, representa gravame significativo e que não se justifica.

(Ag. - PA. Acórdão nº35.954. Relatora: Dra. HERALDA D. BLANCO RENDEIRO. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 09/04/99).

PROCESSO DE EXECUÇÃO. PEDIDO DE REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES À DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL. INDEFERIMENTO. ARTIGO 5º, INCISOS X E XII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Agravo de Instrumento. Decisão que indeferiu pedido de requisição de informações à Delegacia da Receita Federal, em processo de execução. I. A segurança à intimidade e aos dados pessoais do cidadão não podem ser violados a pretexto de fornecer ao credor conhecimento do patrimônio do devedor por meio de informações colhida de seus dados junto à Delegacia da Receita Federal, inteligência do artigo 5º, incisos X e XII da Constituição Federal. II. Recurso conhecido e improvido mantida a decisão atacada.

(Ag.Intr. - PA. Acórdão nº35.947. Relatora: Dra. SÔNIA MARIA DE MACEDO PARENTE, Juíza especialmente convocada. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/03/99).

SUSPENSÃO DO PROCESSO. CARTA PRECATÓRIA. REVOGAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO CONCEDIDO INICIALMENTE.

Agravo de Instrumento. Carta Precatória antes do saneador. Suspensão do processo. I. Admite-se a suspensão do processo quando o Juiz do feito depender de prova solicitada via precatória para prolatar a sentença. Inteligência do artigo 338 do CPC. Combinado com o artigo 265, IV, B do mesmo Diploma Legal. II. Recurso conhecido e improvido. Mantida a decisão atacada. Revogado o efeito suspensivo concedido inicialmente.

(Ag.Intr. - PA. Acórdão nº35.948. Relatora: Dra. SÔNIA MARIA DE MACEDO PARENTE, Juíza especialmente convocada. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/03/99).

A P E L A Ç Ã O

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO. NÃO COMPROVAÇÃO DA TITULARIDADE.

Não ficando perfeitamente comprovada a titularidade das benfeitorias e o interesse de agir do autor apelante, configura-se a carência do direito de quem se diz prejudicado. Recurso de apelação conhecido, mas improvido.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº 35.125. Relator: Des. RICARDO BORGES FILHO. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 09/11/98).

FALÊNCIA. IMPONTUALIDADE DA OBRIGAÇÃO. CONDIÇÃO DE COMERCIANTE. NÃO COMPROVAÇÃO.

I. Apelação Cível. Falência. Impontualidade da obrigação líquida representada por duas notas promissórias. Não comprovação da condição de comerciante. Extinção do processo sem julgamento de mérito. II. Justifica-se a extinção do processo de falência sem julgamento de mérito. Quando o autor não comprova liminarmente sua condição de comerciante.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.430. Relator: Des. STÉLEO BRUNO DOS SANTOS MENEZES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 16/11/98).

MANUTENÇÃO DE POSSE. TURBAÇÃO NÃO CONSTATADA.

I. Civil e Processual Civil. Manutenção de Posse. Turbação não constatada. Juízo “a quo” que nega o pedido. II. Não caracterizada a turbação por dificuldades técnicas no reconhecimento da área reclamada, bem como do trabalho nela desenvolvido (perícia), e também pelo depoimento de testemunhas não foi suprida, é de se julgar improcedente a ação que visa manter a posse.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.429. Relator: Des. STÉLEO BRUNO DOS SANTOS MENEZES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 28/12/98).

INDEFERIMENTO DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. PRELIMINARES REJEITADAS. CONTRATO DE COMPRA E VENDA. OBEDIÊNCIA ÀS FORMALIDADES LEGAIS.

Apelação Cível. Agravo Retido contra despacho que indeferiu realização de perícia. Conheceram e negaram provimento. 1ª preliminar – Nulidade da sentença, por não ter sido intimado o Defensor Público para a apresentação de memoriais – Rejeitada à unanimidade. 2ª preliminar – Omissão de apreciação de inépcia da inicial por ter sido proposta ação de imissão de posse inexistente no nosso Sistema Processual Civil – Rejeitada à unanimidade. Mérito. Contrato de Venda e Compra que obedeceu às formalidades legais – Recurso conhecido e improvido – Decisão unânime.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº35.583. Relatora: Desa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 22/02/99).

REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CESSÃO TOTAL DAS QUOTAS SOCIETÁRIAS. IMPROPRIEDADE DA AÇÃO EXERCITADA.

Reintegração de Posse. Transferência das cotas. Não comprovação dos requisitos legais. Impropriedade da ação preliminar de cerceamento de defesa rejeitada. A ação de reintegração de posse é a apropriada no caso do possuidor haver sofrido esbulho. Todavia, se o bem questionado foi transferido aos rr. por justo título (cessão total das quotas societárias), em cuja posse estes se encontram, é defeso falar-se em ação possessória por falta dos requisitos legais de impulso, sendo imprópria a ação exercitada.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº35.457. Relatora: Desa. CLIMENIÈ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 16/10/98).

EX-PREFEITO MUNICIPAL. FALECIMENTO. PENSÃO VITALÍCIA. DIREITO CONFERIDO.

Pensão vitalícia concedida a ex-prefeitos municipais. In casu, a Lei 286/83 do município de Paragominas, concessiva do mesmo benefício, não padecendo do vício de inconstitucionalidade, a teor de entendimento da Suprema Corte (Representação de inconstitucionalidade nº1192-5, J. 27/02/85), por estar respaldada tanto na Constituição Federal de 1967 como na Constituição Estadual de 1968, confere direito à apelante a percepção do referido benefício, em relação às parcelas posteriores a 17 de março de 1988 (data da propositura desta ação), até a morte de seu marido e ex-prefeito, ocorrida em 15 de novembro de 1992, não atingidas pela prescrição (artigos 1º do decreto nº20.910/31, caput do §1º do C.P.C e 173 do C.C). Recurso provido.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº35.428. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. 3ª Câmara Cível Isolada. Por maioria. Julgamento: 27/11/98).

VEÍCULO. SEGURO. INADIMPLÊNCIA DE OBRIGAÇÃO CONTRATUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO.

Processo Cível. Seguro de veículo. Ação Ordinária de Indenização por Inadimplência de Obrigação Contratual. Pedido de devolução das prestações pagas. Revelia. 1. Obediência a todos os pressupostos de desenvolvimento regular e válido do processo. 2. Revelia existente e inarredável, não se enquadrando em nenhuma exceção prevista em lei que a elide. 3. A não devolução das prestações pagas, constitui-se em enriquecimento sem causa, portanto, ilícito. Recurso conhecido e provido à unanimidade.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº35.570. Relatora: Desa. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/02/99).

AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANO. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO ENVOLVENDO VEÍCULO SEGURADO. PAGAMENTO CONCERNENTE AOS DANOS MATERIAIS CAUSADOS NO VEÍCULO, EFETUADO POR FORÇA CONTRATUAL, PELA SEGURADORA.

Culpa do motorista da ré, comprovada a admissibilidade da seguradora, exercer com a causa, direito regressivo. Preliminar de nulidade processual do feito face cerceamento de defesa - inacolhida pelos fundamentos constantes deste acórdão. Não se pode negar o direito de regresso à seguradora, pois se pagou ao seu segurado, fica ela sub-rogada em seus direitos, uma vez provada a culpa do réu pelo evento. Recurso conhecido, mas improvido.

(Ap.Civ. -PA. Acórdão nº 35.214. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/11/98).

MEDIDA CAUTELAR INESPECÍFICA. OBJETIVO PRECÍPUO DE SUSPENSÃO DA PENA IMPOSTA AO SÓCIO REQUERENTE PELA DIRETORIA DO CLUBE REQUERIDO, APÓS SINDICÂNCIA EIVADA DE IRREGULARIDADES.

Apelação interposta objetivando a reforma do “decisum”. Preliminar de anulação do processo - alegação de falta de chamamento à lide de litisconsorte necessário: rejeitada pelos fundamentos constantes deste acórdão. As medidas cautelares inominadas, como a da espécie, dada a feição provisória delas, não podem, pois, solucionar em definitivo, a situação antijurídica denunciada, compor o litígio definitivamente, vez que a sede adequada para tal, é o processo principal. Em sede de cautelar o que se questiona é o concurso do “periculum in mora” e do “fumus boni juris”, à guisa de mérito tão só. Decisão unânime do juízo monocrático incensurável. Recurso conhecido. mas improvido.

(Ap.Civ -PA. Acórdão nº 35.221. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/11/98).

AÇÕES DE MANUTENÇÃO DE POSSE C/C PERDAS E DANOS E DESPEJO POR DENÚNCIA VAZIA. DIREITO DE PREFERÊNCIA DO LOCATÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL DA AÇÃO POSSESSÓRIA POR CARÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO E DECRETAÇÃO DO DESPEJO. ADMISSIBILIDADE.

Indeferimento da manutenção de posse, por carência de ação. Improriedade da ação e ilegitimidade passiva, estas, declaradas “ex officio”, em preliminar - acatadas à unanimidade. Preliminar de deserção do recurso de apelação da sentença que decretou o despejo - rejeitada à unanimidade pelos fundamentos constantes no acórdão. O condômino tem preferência sobre o locatário na compra do imóvel, e conseqüentemente de reaver o prédio locado por não querer mais a continuação da locação. Sentença mantida à unanimidade.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº 35.202. Relatora: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 07/12/98).

AÇÃO DE DESPEJO. RITO ORDINÁRIO. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS CONDICIONADO À PURGAÇÃO DA MORA E À NÃO CONTESTAÇÃO.

Direito Processual Civil. Na ação de despejo, de rito ordinário, podem ser cumulados os pedidos de despejo por falta de pagamento e por outro motivo admitido em lei, se o réu purgar a mora e não contestar os outros pedidos, a ação prosseguirá, para julgamento dos demais pedidos. Decisão unânime.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº35.577. Relatora: Dra. MARTA INÊS ANTUNES JADÃO, Juíza especialmente convocada. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 22/02/99).

REJEIÇÃO DA PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA, OBJETO DE AGRAVO.

Havendo litisconsórcio passivo, o prazo de contestação não flui antes de todos serem intimados da decisão que apreciou o pedido de liminar. Também não é nula a sentença se o Juiz somente aprecia a impropriedade da ação ao final, porque, no caso vertente, precisou aguardar por depoimento e juntada de informações do Iterpa para concluir acerca da alegada posse. Ademais a matéria relativa às condições da ação, por ser de ordem pública, não precluem.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº 35.081. Relatora: Dra. MARTA INÊS ANTUNES JADÃO, Juíza convocada. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 16/11/98).

AÇÃO ORDINÁRIA DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. RESTITUIÇÃO DAS PRESTAÇÕES PAGAS.

Apelação Cível. Direito Civil e Processual Civil. Ação Ordinária de Resolução de Contrato de Promessa de Compra e Venda c/c Restituição das Prestações Pagas. Extinção do processo sem julgamento do mérito. Instruída a exordial com os recibos comprobatórios dos pagamentos referentes à compra do imóvel que a promitente-vendedora não entregou no prazo ajustado, incabível a extinção do processo por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do mesmo (art.267, IV, do CPC). Inaplicáveis à espécie os arts. 1º do Decreto-Lei nº745/1969 e 22, do Decreto-Lei nº58/1937. O primeiro, por não ter ocorrido inadimplemento da promissária-compradora e, quanto ao segundo, porque o direito não foi posto contra terceiros, nem pleiteada a adjudicação compulsória. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº 35.517. Relatora: Dra. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE, Juíza convocada. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 05/02/99).

MENSALIDADE DE ASSOCIADO CONTRIBUINTE DE HOSPITAL. MAJORAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ILEGITIMIDADE DO ÓRGÃO MINISTERIAL.

Apelação Cível. Ação Civil Pública. Majoração de mensalidade de associado contribuinte do Hospital Belém. Ilegitimidade passiva do Ministério Público dado que a Ação Civil Pública é efetivada na defesa de interesses difusos e coletivos e não interesses individuais, como no caso. Preliminar acolhida. Decisão unânime.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.744. Relatora: Desa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. 1ª Câmara Cível Isolada. Julgamento: 22/02/99).

CONTRATO DE SEGURO. SINISTRO. RECURSO DE APELAÇÃO. IMPROVIMENTO.

O Contrato de Seguro firmado pelas partes, com todas as precauções que a seguradora impõe, esta não pode considerá-lo sem valor na ocasião do sinistro. Recurso conhecido e improvido. À unanimidade.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.714. Relator: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 04/03/99).

AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE. AÇÃO DECLARATÓRIA. CONEXÃO.

Apelação Cível. Ação Declaratória. Ação de Imissão de Posse. Conexão. 1. Agravos retidos. Irregularidades processuais não configuradas. Rejeição. 2. Nulidade da sentença. Ação de Atentado. Ajuizamento. Ausência de processamento. Prestação jurisdicional deficiente. Inviável o conhecimento do litígio na instância “ad quem” sobre questão a respeito da qual não tenha havido um começo de apreciação nem mesmo implícito pela instância “a quo”. Acolhimento.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº35.788. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 11/03/99).

APELAÇÃO. PREPARO. RECOLHIMENTO EFETUADO CINCO MESES APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. DESERÇÃO.

Recurso de Apelação interposto da sentença que julgou improcedente embargos à arrematação. Preparo. Exigência de comprovação no momento da protocolização do recurso. Inteligência do art. 511, do Código de Processo Civil, com redação dada pela Lei nº8.950/94. 1. No caso dos autos constata-se o não cumprimento do pagamento integral do preparo, no momento da protocolização do recurso. O posterior recolhimento efetuado cinco (05) meses após a interposição do recurso, importa dever o mesmo, ser julgado deserto na forma do art. 511, do Código de Processo Civil. 2. Recurso não conhecido.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.710. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 04/03/99).

EMBARGOS À EXECUÇÃO. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE MÉTODOS UTILIZADOS RELATIVAMENTE AOS ÍNDICES DE JUROS, TAXAS E CORREÇÕES NO DÉBITO E DEMAIS ACRÉSCIMOS. REALIZAÇÃO DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA E PERÍCIA CONTÁBIL. DESNECESSIDADE.

Instrumento particular de Confissão e Composição de Dívida. Embargos à execução julgados improcedentes. Recurso de Apelação interposto. Alegação de existência de dolo quanto à aplicação e fixação do valor do título executivo extrajudicial. Excesso de execução. Existência de cálculos não explicados e aplicados critérios lesivos aos recorrentes. Arguição de nulidade da sentença. Cerceamento de defesa. Necessidade de perícia contábil. Agravo retido reiterado em razões de apelação. Insurgência contra a decisão monocrática que indeferiu a produção de prova pericial. 1. Preliminar suscitada pelo apelado. Intempestividade do recurso de agravo retido. Inacolhida. A perícia contábil requerida era perfeitamente prescindível, laborando com acerto o Magistrado “ a quo”, indeferindo a prova pericial. Recurso de agravo retido conhecido, mas improvido. Desnecessidade da realização de instrução probatória e perícia contábil, se os embargos à execução versam sobre a falta de demonstração de métodos utilizados relativamente aos índices de juros, taxas e correções no débito e demais acréscimos, pois é admissível nesses casos o julgamento antecipado da lide, sendo possível chegar-se ao “quantum debeatur” por meio de simples cálculos aritméticos. 2. “ A composição de dívidas” assinada livremente pelas partes, independe completamente do negócio subjacente não podendo o devedor discutir mais as dívidas compostas. 3. A r. sentença alvejada, fustigou toda a matéria e se houve com acerto, dando correto desate a lide. Recurso conhecido, mas improvido.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº35.787. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 11/03/99).

SERVIDOR FALECIDO. PENSÃO. TOTALIDADE DOS VENCIMENTO. ADMISSIBILIDADE.

Pensão por morte. Valor correspondente à totalidade dos vencimentos do servidor falecido. Admissibilidade. I. A Constituição Federal assegurou a isonomia entre servidores em atividade, servidores inativos e pensionistas de servidores falecidos (inteligência dos §§4º e 5º, do art. 40, da Constituição Federal). II. Sentença mantida. Decisão unânime.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº35.709. Relatora: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 15/03/99).

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. MORA DO DEVEDOR CARACTERIZADA. CABIMENTO DE AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE.

Alienação Fiduciária. Inadimplemento do devedor. Busca e apreensão. Dec-Lei 911/69. 1. Caracterizada a mora do devedor, através da notificação, cabível ação de busca e apreensão, Dec-Lei 911/69. 2. Sendo a questão meramente de direito, ou seja, a interpretação do contrato, cabe o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330,I do CPC. 3. Recurso conhecido e improvido.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.687. Relatora: Desa. MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 04/03/99).

DIVÓRCIO. GUARDA DOS FILHOS. ALIMENTOS ARBITRADOS DE ACORDO COM O BINÔMIO POSSIBILIDADE E NECESSIDADE.

Divórcio. art. 226, §6º, da Constituição Federal. Lei 6.515/77, art. 40. Separação de fato. Impossibilidade de reconstituição do lar. Conjugal. Ruptura definitiva. Prazo. Efeitos. Guarda dos filhos. Dever alimentar. Valor fixado. Ônus da sucumbência. 1. Comprovados os requisitos do tempo da separação de fato e da ruptura definitiva, é de ser decretado o divórcio. 2. É dever dos pais, prover as necessidades da prole. 3. Os alimentos arbitrados, levaram em consideração o binômio possibilidade e necessidade, devendo ser mantidos. 4. Recurso conhecido, mas improvido, para confirmar a r. decisão.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.688. Relatora: Desa. MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 04/03/99).

FALÊNCIA. PRIMEIRA FASE. DESNECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

1. É desnecessária a intervenção do Ministério Público na fase primeira do procedimento de falência, só após a decretação da mesma é que surge o interesse público capaz de justificar essa intervenção. Preliminar de nulidade do processo rejeitada. 2. Com aceite da duplicata, vinculando o emitente à obrigação constante da cártula, afasta-se qualquer discussão acerca da autonomia do título. Nulidade da sentença, alicerçada no cerceamento de defesa, inacolhida à unanimidade.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº35.786. Relatora: Dra. MARTA INÊS ANTUNES JADÃO, Juíza especialmente convocada. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 15/03/99).

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE LOTE URBANO. RESCISÃO AUTOMÁTICA. INADMISSIBILIDADE.

Apelação Cível. Ação de Consignação em Pagamento. Direito Civil e Direito Processual Civil. Inadmissível a rescisão automática do contrato de promessa de compra e venda de lote urbano se o credor deixou de requerer ao oficial do registro de imóveis a intimação do devedor para satisfazer as prestações vencidas e não pagas (inteligência do art. 32, da Lei 6.766/79). Crível a afirmação do devedor sobre a injusta recusa do credor em receber as prestações vencidas, por lhe ser mais conveniente rescindir o contrato. Recurso conhecido, mas improvido. Decisão unânime.

(Ap.Civ. –PA. Acórdão nº35.779. Relatora: Dra. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE (atualmente Desembargadora do T.J.E.), Juíza especialmente convocada, 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/02/99).

APELAÇÃO. INTERPOSIÇÃO POR ADVOGADO SUSPENSO PELA OAB-PA.

Apelação Cível. Embargos do Devedor. Direito Processual Civil. Preliminar de não conhecimento do recurso. Agravo Retido. Não merece conhecimento a apelação interposta por advogado que se encontrava suspenso do exercício profissional, pela OAB-PA, quando a subscreveu. Acolhida a preliminar e dado provimento ao agravo retido. Recurso não conhecido. Decisão unânime.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº35.675. Relatora: Dra. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE (atualmente Desembargadora do T.J.E.), Juíza especialmente convocada, 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/02/99).

POSSE. INCABIMENTO DE AÇÃO REIVINDICATÓRIA.

Apelação Cível de Salinópolis. Preliminar de falta de pagamentos das custas pelos autores, que implica em extinção do processo. Rejeitada à unanimidade. Preliminar de inépcia da inicial por se tratar de posse e não de propriedade, não sendo, pois, adequada ação reivindicatória e sim ação de reintegração de posse. Acolhida à unanimidade.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.959. Relatora: Desa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 22/03/99).

CÁLCULO DAS DESPESAS CONDENATÓRIAS. DESPACHO HOMOLOGATÓRIO. RECURSO INCABÍVEL.

Apelação Cível contra despacho homologatório de cálculo das despesas condenatórias. Não se trata de sentença. Recurso incabível. Não conheceram à unanimidade.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.962. Relatora: Desa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 22/03/99).

PAGAMENTO DE PRÊMIO. CHEQUE SEM PROVIMENTO. INEXISTÊNCIA DE LIQUIDEZ. RESCISÃO DO CONTRATO. DECRETO LEI Nº73.

Pagamento do prêmio com cheque sem provimento. Não há liquidez, constitui o seu não pagamento e de acordo com o artigo 12 do Decreto Lei nº73, acarreta a rescisão do contrato, em consequência não pode a seguradora cobrar o prêmio. Decisão unânime.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.939. Relatora: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 23/03/99).

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI Nº911/69. IMPOSSIBILIDADE SER ACOIMADO DE INCONSTITUCIONAL.

Busca e Apreensão com fundamento no Decreto-lei nº911/69. Alienação Fiduciária. Indeferimento in limine da ação por inconstitucionalidade do decreto. Vigência na atual constituição. O Decreto-lei nº 911/69 não pode ser acoimado de inconstitucional, uma vez que recepcionado pela atual constituição, encontrando referida recepção unicidade tanto doutrinário quanto jurisprudencial. Recurso provido.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.917. Relatora: Desa. CLIMENIÈ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/03/99).

EXECUTIVA. AÇÃO CONTRA FIRMA DEVEDORA E SEUS AVALISTAS. FALÊNCIA. DECRETAÇÃO. DESISTÊNCIA DA EXECUÇÃO APENAS CONTRA A FIRMA. PROSSEGUIMENTO CONTRA AS AVALISTAS.

Apelação Cível. Executiva. Ação contra firma devedora e seus avalistas. decretação de falência da firma. Desistência da execução apenas contra a firma. Prosseguimento contra as avalistas. Princípio albergado pelo art. 569 do Código de Processo Civil. Homologação de desistência contra todos os executados. Incabimento, em face do desatendimento. Pedido pelo executante que apenas desistiu contra a firma a qual foi decretada falência. Processo que deverá retornar ao Juízo para prosseguir na execução contra as avalistas. Recurso conhecido e provido.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.883. Relator: Des. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 25/03/99).

AÇÃO DE DANOS MORAIS E ABALO DE CRÉDITO. NÃO COMPROVAÇÃO.

Apelação Cível. Ação de Danos Morais e Abalo de Crédito. Recurso interposto por inconformidade com a decisão de primeira instância que rejeitou o requerido pelo autor, por não comprovar o alegado. Não ficaram devidamente provados nos autos os danos morais e abalo de crédito, descaracterizando plenamente o pretendido pelo apelante. Recurso improvido. Decisão unânime.

(Ap.Civ. – PA. Acórdão nº35.940. Relator: Des. PEDRO PAULO MARTINS. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/03/99).

EMBARGOS DE TERCEIRO. CREDOR HIPOTECÁRIO. FALTA DE INTIMAÇÃO NA PENHORA DE BEM QUE LHE FOI DADO EM GARANTIA.

Apelação Cível. Direito Civil e Processual Civil. Embargos de Terceiro. Preliminar de nulidade da sentença por julgamento extra-petita. Rejeitada à unanimidade. Mérito – Admissível embargos de terceiro pelo credor hipotecário quando não tenha sido intimado na penhora de bem que lhe fora dado em garantia real, podendo opô-los desde que não decorrido o quinquídio legal da arrematação, adjudicação, ou remição. Inteligência dos arts. 1.047,II e 1.048, do CPC. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº36.019. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 09/04/99).

CARÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE FUNDADO RECEIO. AUSÊNCIA DO “FUMUS BONI JURIS” E “PERICULUM IN MORA”

Apelação Cível. 1. Preliminar. Extemporaneidade do recurso. Não caracterização. Rejeição. 2. Mérito: carência do direito de ação. Não demonstrado o fundado receio nem a caracterização do “fumus boni juris” e “periculum in mora”, correta resultou a decisão recorrida extinguindo o processo sem julgamento do mérito. Improvimento.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.884. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 18/03/99).

EXECUÇÃO. SÚMULA 596, DO STF. A VEDAÇÃO AO “BIS IN IDEM” NA COBRANÇA DE JUROS MORATÓRIOS. FALTA DE PREVISÃO CONTRATUAL. EXIGÊNCIA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA INVIABILIZADA.

Apelação Cível. Execução. Inviável a caracterização de carência do direito à ação se o título executado ostenta todos os elementos de aferição do débito. Não sendo o art. 192, § 3º, da CF dotado de eficácia imediata, os juros legais nos contratos bancários são os juros contratados, desde que autorizados pelo CMN. Inteligência da súmula 596, do STF. A vedação ao “bis in idem” na cobrança de juros moratórios e a falta de previsão contratual inviabilizam a exigência de comissão de permanência. Provimento parcial.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.886. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 18/03/99).

SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS DO SERVIDOR FALECIDO. IMPOSSIBILIDADE DE UMA LEI DISPOR A RESPEITO DE UM LIMITE QUE ESTEJA ABAIXO DA TOTALIDADE REQUERIDA.

Servidor Público. Pensão por morte. art. 40, §5º da Constituição Federal. Benefício que deverá compreender a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido. Impossibilidade que uma Lei disponha a respeito de um limite que esteja abaixo da referida totalidade. Inteligência do art. 37, XI, da Constituição Federal. 1. Inquestionável pois, que a norma contida no art. 40, § 5º, da Constituição Federal é de eficácia plena e assim sendo, tem direito a pensionista à percepção de pensão correspondente “à totalidade dos vencimentos do servidor falecido”. 2. Diante do estabelecido na norma constitucional supra aludida, segue-se a impossibilidade de uma lei dispor a respeito de um limite que esteja abaixo da totalidade requerida. 3. A expressão “até o limite estabelecido em lei”, constante da regra constitucional §5º, do art. 40, diz respeito obviamente ao impedimento da pensão vir a ultrapassar os vencimentos das categorias padrões nas esferas dos diferentes poderes do Estado (art.37, XI, da Constituição Federal). 4. Apelação improvida. Sentença reexaminada mantida.

(Ap.Civ./Reex.Sent. - PA. Acórdão nº36.115. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 22/04/99).

ACIDENTE DE VEÍCULO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO. CITAÇÃO RECEBIDA PELA FILHA DO RÉU. VALIDADE.

Ação de reparação de dano causado por acidente de veículo. Procedência do pedido. Apelo interposto. Arguição de nulidade de citação. Inocorrência. 1. A citação feita ao réu foi regular e legítima. Tinha total conhecimento da ação contra si proposta a quando, em cumprimento a um primeiro mandado veio a Juízo, através procurador, postular em juízo o adiamento da audiência designada, obtendo deferimento. 2. A nova citação, recebida pela filha do réu, é válida, diante do comparecimento de seu advogado à nova audiência de conciliação, designada, na qual inclusive foi tentado o acordo, diante dos poderes especiais que o mesmo tinha, inclusive de transigir. Sua invalidade só poderia ser decretada no caso de prova em contrário, tão insistente procuradora, pelo apelante e não produzida. 3. Recurso conhecido, mas improvido.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.955. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 25/03/99).

SEPARAÇÃO JUDICIAL. PARTILHA DE BENS. AVALIAÇÃO E VENDA. PENSÃO ALIMENTÍCIA AOS FILHOS DO CASAL E USO DO NOME DO MARIDO. ADMISSIBILIDADE.

Apelação Cível. Separação Judicial. Partilha de bens. Avaliação e venda. Pensão alimentícia aos filhos do casal e uso do nome do marido. Admissibilidade. 1. Preliminar de irregularidade, rejeitada à unanimidade pelos fundamentos constantes no acórdão. II. Mérito. O único bem imóvel aforado na constância do casamento deve ser partilhado e não havendo acordo, vendido e a renda da venda dividida entre os cônjuges. III. Pede a mulher passar a usar o nome de solteira, se acatou a decisão de 1º grau que assim determinou, assim como compete tanto ao pai como à mãe separados judicialmente, a manutenção dos filhos do casal. Decisão unânime.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº36.108. Relatora: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/04/99).

AÇÃO POSSESSÓRIA DE SERVIDÃO. PRELIMINAR DE FALTA DE PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO FALTA DE RECOLHIMENTO DO PORTE DE RETORNO, TAXAS E EMOLUMENTOS. DESERÇÃO.

Apelação Cível. Direito Processual Civil. Ação Possessória de Servidão. Preliminar de falta de pressuposto de admissibilidade do recurso. Não tendo sido recolhidos pelos apelantes o porte de retorno e as taxas e emolumentos em favor do fundo de reaparelhamento do judiciário, no posto da Secretaria da Fazenda do Estado existente na comarca, o recurso está deserto e não merece ser conhecido. Decisão unânime.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.943. Relatora: Desa. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/03/99).

RECEBIMENTO DO PREPARO DA APELAÇÃO PELO ESCRIVÃO DO FEITO. PRELIMINAR DE PRECLUSÃO REJEITADA.

O serventuário tem fê pública até prova em contrário. Nas ações reais, necessário se faz a citação dos cônjuges, pois trata-se de matéria de ordem pública, e sua ausência acarreta a nulidade. Preliminar acolhida.

(Ap.Civ - PA. Acórdão nº 35.078. Relatora: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 12/11/98).

AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. PERDA DA POSSE EVIDENCIADA PELO ABANDONO.

Apelação Cível. Direito Processual Civil. Ação de Reintegração de Posse. Sendo insuficiente nos autos a prova dos requisitos essenciais elencados no art. 927, do CPC e restando evidenciada a perda da posse, pelo abandono como previsto no art. 520, do CPB, improcede a ação. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Ap.Civ. - PA. Acórdão nº36.125. Relatora: Desa. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 16/04/99).

APELAÇÃO CÍVEL. RESCISÃO CONTRATUAL DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. INADIMPLÊNCIA. PRELIMINARES DE ANULAÇÃO PROCESSUAL, INABILITAÇÃO DE ADVOGADO E DESERÇÃO DO RECURSO REJEITADAS.

No Mérito, rescisão contratual por inadimplência. Inexistência de perdas pela vendedora, em face da imissão do imóvel e venda a posteriori. Decisão que afronta o código de defesa do consumidor, por caracterizar enriquecimento ilícito. Devolução das quantias pagas pelos compradores devidamente corrigidas e com aplicação de juros. Arbitramento de um valor que servirá para pagamento dos aluguéis pelo tempo que ocuparam o imóvel, também devidamente corrigido com aplicação de juros, abatidos da importância a ser restituída, assim como aplicação de perdas e danos, se por acaso houve danificação no imóvel, tudo devidamente apurado na execução da sentença. recurso conhecido e provido em parte.

(Ap.Civ - PA. Acórdão nº 35.076. Relator: Des. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 30/10/98).

**C O N F L I T O
D E
C O M P E T Ê N C I A**

AÇÃO DE EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONEXÃO. IMPOSSIBILIDADE. TEORIA DA SUBSTANCIAÇÃO DO PEDIDO.

Processo Civil. Conflito Negativo de Competência. Ação de Extinção de Condomínio e Ação de Prestação de Contas. Conexão. Competência. 1. Sendo diversos o objeto e a causa petendi entre duas ações, não há que se falar em conexão, mormente em ação de prestação de contas, cujo objeto é apenas a condenação do réu a prestar ao autor as devidas contas de sua administração. Enquanto que, na extinção de condomínio, a causa petendi é exatamente extinguir o condomínio da coisa de uso comum. 2. Como causa de pedir, deve-se entender os fundamentos de fato e de direito constantes do pedido – Teoria da Substanciação do Pedido. 3. Competência funcional. Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis, é competente o foro da situação da coisa, portanto, absoluta, não admitindo prorrogação nem derrogação por vontade das partes. Competência do juízo de São Caetano de Odivelas para julgar o feito, posto que aí se encontra o imóvel objeto da ação. Decisão unânime.

(Confl.Neg.Comp. – PA. Acórdão nº35.702. Relatora: Desa. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. Órgão Especial. Julgamento: 10/03/99. Unânime).

PRINCÍPIO DE IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. INAPLICABILIDADE.

Conflito de Competência. Embargos de Declaração opostos contra sentença proferida por Juiz Substituto, que se julga incompetente para apreciá-los, por ter encerrado suas atividades judicantes na 10ª Vara Cível da Capital. Não se aplica às hipóteses de julgamento de embargos declaratórios, o princípio de identidade física do Juiz que sentenciou, ao julgamento dos embargos, , devendo os mesmos serem apreciados e julgados pelo Juízo da 10ª Vara Cível da Capital, onde tramitou a ação principal, nos termos do artigo 535, do C.P.C. Decisão unânime.

(Confl.Comp. – PA. Acórdão nº35.934. Relator: Des. HUMBERTO DE CASTRO. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 31/03/99)

.E M B A R G O S
D E C L A R A Ç Ã O

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. “CAUSA PRETENDI” MAL INTERPRETADA PELO RELATOR. PREJUÍZOS FLAGRANTES.

A errônea apreciação do desembargador relator ao julgar a preliminar de carência de ação do Mandado de segurança interposto, não há de prevalecer quando a “causa pretendi” foi mal interpretada pelo relator, levando o colegiado a um erro material com prejuízos flagrantes aos impetrantes. Assim, não há de mérito em reconhecer o erro de julgamento a fim de submeter o pleito a novo julgamento que melhor aprecie o “mandamus”. Embargos acolhidos.

(Emb.Decl. - PA. Acórdão nº 35.171. Relator: Des. RICARDO BORGES FILHO. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 30/09/98).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DO JUIZ RESPONDER A TODOS OS QUESTIONAMENTOS DAS PARTES.

Embargos de Declaração. Preliminares de má fé e coisa julgada. Rejeitadas à unanimidade. Preliminares de decadência e prescrição quinquenal – Rejeitadas à unanimidade – Do Juiz não se exige que responda a todos os questionamentos das partes – Embargos rejeitados – Decisão unânime.

(Emb.Decl. – PA. Acórdão nº35.518. Relatora: Desa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 09/02/99).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APRECIÇÃO DE PONTOS ATACADOS NOS EMBARGOS. REJEIÇÃO.

Apreciado no venerando acórdão os pontos atacados no embargos de declaração, o caminho correto é rejeitá-los. Decisão unânime.

(Emb.Decl. – PA. Acórdão nº35.582. Relatora: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 11/02/99).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTERPOSIÇÃO COM FINALIDADE DE PRÉ-QUESTIONAMENTO. OMISSÃO NO JULGADO.

Efeitos modificativos. Art. 535 do CPCB. Os embargos de declaração alegam omissão julgada. Inocorrendo qualquer das hipóteses do Art. 535 do CPCB, os embargos são rejeitados.

(Emb.Decl. - PA. Acórdão nº 35.172. Relatora: Desa. MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 24/11/98).

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO.

Embargos de Declaração. Inexistindo a omissão alegada no v. acórdão atacado, rejeita-se os presentes embargos.

(Emb.Decl. -PA. Acórdão nº35.745. Relator: Des. HUMBERTO DE CASTRO. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 24/03/99).

OCUPAÇÃO DE IMÓVEL INDEVIDAMENTE. EMBARGOS. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DO ASSUNTO.

Embargos. Alegações de violação de direito na decisão. Tentativa de rediscussão do assunto. Ocupação de imóvel indevidamente. Posse apenas na constância de separação de corpos, em que se mantém a pessoa que está no imóvel. Proprietário do imóvel tem direito de reivindicar o bem que por lei lhe pertence. Embargos conhecidos e rejeitados.

(Emb.Decl. - PA. Acórdão nº35.685. Relator: Des. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento:12/02/99).

MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAIS MILITARES E CIVIL DA ATIVA. ABONO SALARIAL. INEXISTÊNCIA DE LEI PREVENDO A MATÉRIA.

Embargos de Declaração. Mandado de Segurança. Extensão do pagamento de abono salarial concedido aos policiais militares e civil da ativa. Inexistência de lei prevenendo a matéria. Alegação da existência de omissão ou contradição no julgado. Tentativa de rediscussão da matéria. Embargos conhecidos e rejeitados.

(Emb.Decl. - PA. Acórdão nº35.746. Relator: Des. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 11/03/99).

INADMISSIBILIDADE DE REVISÃO DO DECISUM EM SEDE DE EMBARGOS. LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ.

A preliminar de cerceamento de defesa foi rejeitada. Inadmissibilidade de revisão do decisum em sede de embargos. A reabertura do debate acerca das matérias de fato e de direito, visando corrigir os fundamentos do julgado, é circunstância que refoge aos objetivos do recurso interposto, revelando a litigância de má fé (CPC, art. 17, IV e VI). A inexistência de contradição embargável e de omissões no acórdão, indicam o cumprimento do requisito do prequestionamento. Embargos rejeitados.

(Emb.Decl. - PA. Acórdão nº35.952. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/03/99).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. EMBARGOS INCABÍVEIS.

São incabíveis os embargos declaratórios quando o venerando acórdão embargado não apresenta as falhas de defeitos enumerados no Art. 535 do CPCB, e visivelmente tem por escopo o prequestionamento de assunto que possibilite a interposição de futuro recurso para a esfera judiciária federal. Recurso rejeitado.

(Emb.Decl. - PA. Acórdão nº 35.490. Relator: Des. RICARDO BORGES FILHO. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 02/02/99).

E M B A R G O S
I N F R I N G E N T E S

EMBARGOS INFRINGENTES. OMISSÃO. DESERÇÃO.

Na conformidade de precedentes jurisprudenciais respaldados na legislação estadual, a omissão quanto ao preparo do recurso enseja sua deserção. Recurso não conhecido.

(Emb.Inf.-PA. Acórdão nº 35.130. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 24/11/98).

M A N D A D O
D E
S E G U R A N Ç A

MANDADO DE SEGURANÇA. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO. ABONO SALARIAL CONCEDIDO AO PESSOAL EM ATIVIDADE.

Sendo inuvidosa a concessão do abono salarial de R\$ 130,00 para cabos e soldados, e R\$ 100,00 a sargentos, alunos e oficiais, os inativos também fazem jus às respectivas quantias, em que pese a vantagem não tenha sido concedida por lei, mas através de outro meio. Inteligência do art. 40, § 4º da CF/88. Segurança concedida.

(M.S.-PA. Acórdão n° 35.168. Relator: Des. NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 18/11/98).

MANDADO DE SEGURANÇA. CUMULAÇÃO DE VANTAGEM. DIREITO AMPARADO POR LEI.

Acumulação de adicionais de tempo integral e dedicação plena é direito líquido e certo amparado em Lei Complementar do Estado, e que não fere o Princípio Constitucional da não cumulação face fundamento diverso das adicionais. À unanimidade, segurança concedida.

(M.S. – PA. Acórdão n°35.436. Relator: Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 09/12/98).

ABONO EMERGENCIAL CONCEDIDO AOS SERVIDORES DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR, E CORPODE BOMBEIRO. DECRETO 2.219/97. NÃO PAGAMENTO AOS INATIVOS. APLICAÇÃO DO ART. 40, § 4º DA CF/88.

Preliminar de Carência do direito de ação rejeitada. Não estando especificado no Decreto n° 2.219/97 que a vantagem pleiteada não pode ser extensiva aos inativos, como também não existindo estipulação de prazo para a vigência da mesma, o que afasta o caráter transitório, conclui-se que a natureza jurídica do abono emergencial é de adicional de serviço, que se incorpora aos proventos, fazendo jus aos inativos por força do Art. 40 da CF/88. Segurança concedida.

(M.S.-PA. Acórdão n° 35.413. Relatora: Desa. CLIMENIE BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 23/12/98).

MANDADO DE SEGURANÇA. MILITARES INATIVOS. EXTENSÃO DE VANTAGENS CONCEDIDAS A MILITARES EM ATIVIDADE ATRAVÉS DE DECRETO EXECUTIVO. INCABIMENTO.

Inexistência de Lei normatizando a vantagem concedida. Garantia insculpida no § 4º do Art. 40 da CF/88, que apesar de ser de aplicação imediata, exige a existência de uma lei. Não configurado a existência de direito líquido e certo por existência de lei, para ser adaptado aos impetrantes. Mandado de segurança conhecido e negado.

(M.S. - PA. Acórdão nº 35.167. Relator: Des. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES. Órgão Especial. Por Maioria. Julgamento: 18/11/98).

AÇÃO DE EXECUÇÃO FORÇADA. A EXECUTADA DEU BENS À PENHORA QUE NÃO FORAM ACEITOS POR DESCUMPRIMENTO DO ART. 655, § 1º DO CPCB.

O juízo de direito de primeira instância ordenou o bloqueio, através de ofício, a todos os bancos da cidade de Santarém, para garantia do juízo. Estando presentes os requisitos obrigatórios, foi concedida a liminar requerida para desbloqueio da conta no banco. O exequente não concordou com a penhora dos bens oferecidos. Descumprimento do art. 655, §§1º e 2º do CPCB. Recurso improvido.

(M.S. - PA. Acórdão nº 35.198. Relator: Des. PEDRO PAULO MARTINS. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 24/11/98).

ADICIONAIS DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. ACUMULAÇÃO. ADMISSIBILIDADE. PRELIMINARES DE DECADÊNCIA E DE IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO “MANDAMUS” COMO MEIO DE COBRANÇA REJEITADOS.

No Mérito, são acumuláveis nos vencimentos e nos proventos de aposentadoria dos servidores policiais, que exercem ou exerceram a função de polícia judiciária, as gratificações ou propriamente, adicionais de dedicação exclusiva e tempo integral (inteligência dos Arts. 45 e 69, II, LC nº 22/94). Direito líquido e certo ocorrente. Segurança concedida.

(M.S.-PA. Acórdão nº 35.233. Relatora: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 15/12/98).

MANDADO DE SEGURANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DOS CÁLCULOS DE PREVENTOS. PROCEDÊNCIA. PRELIMINARES REJEITADAS.

A circunstância do Tribunal de Contas do Estado ter deferido o registro no ato da aposentadoria do impetrante, com a recomendação expressa que os cálculos respectivos fossem refeitos, para inclusão de vantagem decorrente de lei, não daria direito de recusa à autoridade coatora em se furtar ao devido cumprimento da ordem emanada da corte de contas. Ao poder judiciário, como cediço, é que compete a atribuição exclusiva do controle jurisdicional desses atos. Segurança concedida.

(M.S.-PA. Acórdão nº 35.634. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 24/02/99).

MANDADO DE SEGURANÇA. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO. CUMULAÇÃO COM O DE DEDIÇÃO EXCLUSIVA. CUMULATIVIDADE.

Mandado de Segurança. Delegadas de Polícia Civil. Incorporação de adicional de tempo integral cumulado com o de dedicação exclusiva. Possibilidade. Preliminares rejeitadas. Mérito: 1. Os adicionais em tela são distintos e cumuláveis, segundo inteligência do art. 45, da LC 22/94, corroborado pelo art. 69, item II, da referida lei, e ainda por Jurisprudências do nosso Tribunal e doutrina pátria. 2. Concessão de percepção cumulada destes adicionais, que não fere o princípio da separação dos poderes, porque o poder judicante não está legislando, mas tão somente aplicando a lei, cabe ao poder judiciário, como intérprete e aplicador das leis, o exame da legalidade dos atos administrativos. Neste passo, não tem validade o art. 2º, Dec. nº712/95, ao excluir o adicional concedido taxativamente pelos artigos 45 e 69, item II, da LC 22/94, a qual visa regulamentar. 3. Não pode o decreto regulamentador inovar na matéria e violar a literal disposição da lei por ele regulamentada. Segurança concedida, à unanimidade.

(M.S. – PA. Acórdão nº35.698. Relatora: Desa. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. Órgão Especial. Julgamento: 10/03/99. Unânime).

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO E AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO.

Conexão de ações. preliminar de extinção do processo por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (Art. 267, IV do CPCB). Preliminar acolhida.

(M.S.-PA. Acórdão nº 35.482. Relator: Des. RICARDO BORGES FILHO. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 21/12/98).

MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSSIBILIDADE DE PROCESSAMENTO DO MANDAMUS CONTRA ATO DISCIPLINAR.

Mandado de Segurança. Preliminares argüidas pelo impetrante. Cerceamento de defesa: 1) por ter sido ouvida testemunha sem a presença do acusado; 2) nulidade do indiciamento – Juntada de documentos sem que o acusado fosse ouvido sobre os mesmos – Divergência entre indiciamento, relatório e demissão; demissão durante as férias – todas rejeitadas à unanimidade – preliminares apresentadas pela autoridade dada como coatora: Governo do Estado: 1) decadência do direito: rejeitada à unanimidade; 2) Ilegitimidade da parte Governo do Estado: rejeitada à unanimidade; 3) ausência de prova pré-constituída: rejeitada à unanimidade; 4) impossibilidade de processamento do Mandado de Segurança contra ato disciplinar: acolhida à unanimidade – Mandado de Segurança não conhecido. Decisão unânime.

(M.S. – PA. Acórdão nº35.699. Relatora: Desa. MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS. Órgão Especial. Unânime . Julgamento 03/03/99).

SERVIDOR PÚBLICO. CARGO COMISSIONADO. INEXISTÊNCIA DE ESTABILIDADE.

Direito Administrativo. O tempo de serviço prestado pelo servidor à administração, em cargo comissionado, não gera direito à estabilidade, ainda que haja quinquênio, anterior à Constituição Federal de 1988, refugindo às hipóteses elencadas no artigo 19 do ADCT.

(M.S. - PA. Acórdão nº35.965. Relatora: Dra. MARTA INÊS ANTUNES JADÃO, Juíza especialmente convocada. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento:06/04/99).

VANTAGENS DE CARÁTER PESSOAL OU LIGADAS À NATUREZA E AO LOCAL DO TRABALHO. INCIDÊNCIA DO REDUTOR CONSTITUCIONAL. APLICAÇÃO IRREGULAR.

Mandado de Segurança. Objetivo. Exclusão das parcelas referentes as chamadas vantagens de caráter pessoal ou ligadas à natureza e ao local do trabalho, do cálculo da remuneração, para fins de incidência do redutor constitucional. Comprovação pelo impetrante de aplicação irregular do limitador de vencimentos. Segurança concedida.

(M.S. - PA. Acórdão nº36.132. Relatora: Dra. HERALDA D. BLANCO RENDEIRO, Juíza especialmente convocada. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 04/05/99).

SERVIDOR PÚBLICO. CARGO COMISSIONADO. GRATIFICAÇÃO. INCORPORAÇÃO AOS VENCIMENTOS.

Mandado de segurança contra ato do Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Servidor Público. Cargo comissionado. Incorporação. Admissibilidade. Preliminares de decadência do direito à impetração, de ilegitimidade passiva e de falta de pressupostos processuais, argüidas pela autoridade apontada como coatora, rejeitadas à unanimidade. No mérito, concede-se a segurança, para que seja incorporada aos vencimentos da impetrante, a gratificação a que faz jus, na proporção pleiteada, conforme comprovado nos termos do artigo 130 § 2º, da lei nº 5.810/94 (R.J.U). Decisão unânime.

(M.S. – PA. Acórdão nº36.002. Relator: Des. HUMBERTO DE CASTRO. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 14/04/99).

SERVIDOR PÚBLICO. ISONOMIA DE VENCIMENTO. REVOGAÇÃO DO ART. 39, §1º PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 19. DIREITO ADQUIRIDO NA VIGÊNCIA DO ARTIGO REVOGADO.

Mandado de Segurança. Servidor Público. Engenheiro Agrônomo da Secretaria do Estado de Agricultura. Isonomia de vencimento. Preliminares de inépcia da inicial, decadência, impossibilidade de utilização do writ e litispendência, rejeitadas. Direito à percepção de vencimentos idênticos a outros servidores, que ocupam o mesmo cargo na mesma Secretaria. Direito previsto pelo parágrafo 1º do artigo 39, da Constituição Federal, já revogado pela Emenda 19. Direito assegurado pela própria Carta Magna em seu artigo 5º, inciso XXXVI, uma vez que já tinha adquirido este direito na vigência do artigo ora revogado. Mandado de Segurança conhecido e concedido na forma do voto.

(M.S. - PA. Acórdão nº36.105. Relator: Des. CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES. Câmaras Cíveis Reunidas. Unânime. Julgamento: 13/04/99).

**R E E X A M E
D E
S E N T E N Ç A**

SERVIDOR FALECIDO. PENSÃO. PAGAMENTO A MENOR PELA PREVIDÊNCIA.

Reexame obrigatório em Mandado de Segurança. Pensão por morte de servidor falecido. Pagamento a menor pela previdência. Contrariedade ao disposto no §4º combinado com o §5º, ambos do artigo 40 da Constituição Federal, que asseguram o direito do beneficiário à sua integralização. Precedentes deste Tribunal a respeito do tema, que respaldam a sentença objeto do reexame. Recursos ex-offício e voluntário improvidos.

(Reex.Sent./Ap.Civ. – PA. Acórdão nº35.458. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 06/11/98).

REEXAME DE SENTENÇA. SENTENÇA RECORRIDA. RECURSO OFICIAL IMPROVIDO.

Observados os requisitos extrínsecos e intrínsecos e a relevância da fundamentação da sentença recorrida, improvido resulta o recurso oficial, mantendo-se em todos os seus termos a sentença reexaminada. Recurso improvido.

(Reex. Sent.-PA. Acórdão nº 35.137. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/11/98).

SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. ART. 40, § 5º DA CF/88. HIPÓTESE EM QUE CORRESPONDERÁ À TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS DO SERVIDOR FALECIDO. RECURSO VOLUNTÁRIO.

Art. 12 da Lei 1.533/51. Recurso de Apelação. A constituição federal, Art. 40, § 5º, é auto-aplicável e estabelece que a pensão corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido. Ao estabelecer o limite estabelecido em lei, refere-se ao limite posto em lei a respeito da remuneração dos servidores públicos, CF/88, Art. 37, XI. Recurso conhecido e improvido para manter a decisão, por seus próprios fundamentos.

(Reex.Sent./Ap.Civ - PA. Acórdão nº 35.104. Relatora: Desa. MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/11/98).

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE IRREGULARIDADE NA CONSTITUIÇÃO DO IMPETRANTE, DA INEXISTÊNCIA DO REGISTRO SINDICAL E DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNICIDADE SINDICAL - REJEITADA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO - REJEITADA. PRELIMINAR DE REPRESENTAÇÃO CLASSISTA E SUA BASE TERRITORIAL - REJEITADA.

No Mérito, cabível mandado de segurança para fixar jornada de trabalho que está sendo extrapolada por determinação superior, violando direito líquido e certo dos impetrantes. Não gerando efeitos patrimoniais anteriores à impetração, não pode ser tido o “mandamus” como ação de cobrança. A existência de portarias da autoridade impetrada, violando as disposições constitucionais sobre horário de trabalho, transforma a norma abstrata em caso concreto. Jornada de trabalho. Inobservância às regras dos Arts. 7º, XIII, XVI e 39, § 2º da CF/88, ofende direito líquido e certo dos servidores públicos estaduais, incluindo-se entre eles os representados pelo sindicato impetrante. Incompatível o pagamento de horas extras com o de tempo integral já recebido pela categoria impetrante, ao amparo da Lei complementar 022/94. Recursos conhecidos e parcialmente providos.

(Reex.Sent./Ap.Civ. - PA. Acórdão nº 35.105. Relatora: Dra. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE, Juíza convocada. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 19/06/98).

AÇÃO DECLARATÓRIA. UTILIZAÇÃO COMO FORMA DE CONSULTA. IMPOSSIBILIDADE.

Ação Declaratória. Utilização como forma de consulta. Incabimento. A Ação Declaratória objetiva a tutela com força de coisa julgada sobre a existência ou inexistência da relação jurídica ou sobre a autenticidade ou falsidade de documento in casu, a ação é utilizada como forma de consulta ao Poder Judiciário, o que é incabível para simples interpretação de tese jurídica ou de questão de direito, pois a incerteza ou a dúvida são irrelevantes para caracterizarem o interesse processual que embasa a declaratória.

(Reex.Sent./Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35683. Relatora: Desa. CLIMENIE BERNADETE DE ARAÚJO PONTES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/02/99).

FUNCIONÁRIO PÚBLICO APOSENTADO. GRATIFICAÇÃO INTEGRANTE DOS PROVENTOS. SUBTRAÇÃO ATRAVÉS DE APOSTILA. IMPOSSIBILIDADE.

Administrativo. Funcionário Público. Gratificação integrante dos proventos de aposentadoria devidamente registrada pelo T.C.E. Subtração através de apostila. Gratificação integrante dos proventos de aposentadoria já devidamente registrada no TCE, não pode ser subtraída através de simples apostila, ato não revestido de forma própria e nem observador do princípio do devido processo legal.

(Reex.Sent./Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35684. Relatora: Desa. CLIMENIÊ BERNADETE DE ARAÚJO PONTES. 3ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 26/02/99).

SERVIDORA GESTANTE. DEMISSÃO IMOTIVADA. VIOLAÇÃO A PRINCÍPIO DO RESPEITO À MATERNIDADE E À GESTANTE.

A dispensa imotivada de servidora gestante fere os princípios do respeito à maternidade e à gestante, garantido pelo art. 7º, inciso XVIII da CF/88 e art. 10º inciso II, alínea “B”, dos ADCT, tratada a nível infraconstitucional pela Lei Federal nº9.029, de 13/04/95, sem privilegiar qualquer ente público da administração direta e indireta, ou quem atue por delegação do poder público.

(Reex.Sent. – PA. Acórdão nº35.785. Relatora: Dra. MARTA INÊS ANTUNES JADÃO, Juíza especialmente convocada. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 15/03/99).

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SALÁRIO. RETENÇÃO.

I.Constitucional e Administração. Retenção indevida de salário. Ato violador de direito líquido e certo da impetrante. Mandado de Segurança como remédio heróico concedido. Recurso oficial. II.Concede-se a segurança evidenciando retenção ilegal, quando, no exercício do mandato legislativo municipal, o vereador tem sua remuneração não depositada em sua conta corrente individual, ademais quando não pode dela dispor livremente na tesouraria da casa.

(Reex.Sent. – PA. Acórdão nº35.498. Relator: Des. STÉLEO BRUNO DOS SANTOS MENEZES. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 28/12/98).

AMPLA DEFESA. INOBSERVÂNCIA ATINGE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA CONCEDIDA.

Reexame de Sentença. Mandado de Segurança. A ampla defesa é um dos postulados da Constituição Federal. A sua não inobservância atinge direito líquido e certo a quem foi negada ensejando a concessão do mandamus. Decisão unânime.

(Reex.Sent. - PA. Acórdão nº36.128. Relator: Des. RICARDO BORGES FILHO. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 1º/03/99).

EXORDIAL INSTRUÍDA COM DOCUMENTOS QUE DEFINEM SITUAÇÃO FUNCIONAL.

Reexame de Sentença. Preliminar de carência de ação. Não há carência de ação quando o impetrante instrui a exordial com documentos que definem sua situação funcional. Preliminar rejeitada unanimemente. Mérito. Comprovado o desrespeito a direito líquido e certo é de ser concedida a segurança. Ratifica-se em todos os seus termos a sentença prolatada de acordo com a lei. Decisão unânime.

(Reex.Sent. - PA. Acórdão nº36.137. Relator: Des. RICARDO BORGES FILHO. 1ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 22/02/99).

QUEDA DE ÁRVORE COM RAIZ COMPROMETIDA SOBRE VEÍCULO EM TRÂNSITO PELA AVENIDA PÚBLICA. RESPONSABILIDADE DA MUNICIPALIDADE EM REPOR O PATRIMÔNIO DO OFENDIDO.

Contendo a decisão do Juiz monocrático, todos os pressupostos dos incisos II e III do artigo 458, do Código de Processo Civil, afasta-se a preliminar de nulidade. Decisão unânime. O documento apresentado pela parte adversa, não contendo elementos para desfêcho da lide, afasta-se a preliminar de cerceamento de defesa. Decisão unânime. Queda de árvore com raiz comprometida sobre veículo em trânsito pela avenida pública. Responsabilidade da Municipalidade em repor o patrimônio do ofendido.

(Reex.Sent/Ap.Civ. - PA. Acórdão nº35.916. Relatora: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento: 23/03/99).

PENSÃO POR MORTE. TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, ART. 40, §§ 4º E 5º.

Constitucional. Administrativo. Remessa obrigatória. Pensão por morte. Totalidade dos vencimentos ou proventos. Constituição Federal de 1988, art. 40, §§ 4º e 5º. 1. A pensão por morte deve corresponder a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido. 2. Precedentes jurisprudenciais. 3. Remessa obrigatória infundada para se manter a sentença reexaminada.

(Reex.Sent. - PA. Acórdão nº35.882. Relatora: Des. MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA. 2ª Câmara Cível Isolada. Unânime. Julgamento:18/03/99).

**PENAL E PROCESSUAL
PENAL**

A Ç Ã O
P E N A L

CRIMES COMUM E DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO MUNICIPAL. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO E DE NEGAÇÃO DE EXECUÇÃO DE LEI MUNICIPAL. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE DAS NORMAS INCRIMINADORAS.

Ação Penal. Crimes comum e de responsabilidade de prefeito municipal. O primeiro, de falsificação de documento público e o segundo de negação de execução de lei municipal, tipificados nos artigos 297, §1º, do Código Penal - Lei Geral - e, 1º, inciso XIV, do Decreto-Lei nº201/67 - Diploma Legal Especial - Aquele - Crime-meio está absorvido por este - Crime-fim - Independentemente de sua maior apenação, ficando como único crime ao acusado imputado, em razão do princípio da especialidade das normas incriminadoras - Denúncia recebida por satisfazer os requisitos do artigo 41 do CPP - Prisão preventiva não decretada por incabível na espécie - Não afastamento do cargo, por nele não estar no exercício o denunciado, em virtude da recente intervenção decretada no município. Decisão unânime.

(A.Penal - PA. Acórdão nº35.874. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 12/04/99).

EX-PREFEITO MUNICIPAL. AÇÃO PENAL. DENÚNCIA. ART.312, C/C 71 E 327 DO CPB. INEXISTÊNCIA DE CRIME. ABSOLVIÇÃO.

Ação Penal contra ex-Prefeito. Denúncia tipificada no art. 312, c/c o 71 e 327, do CPB. Ausência de dolo. Absolvição. Não estando comprovado nos autos, que o denunciado agiu com dolo e má fé ao receber subsídio e representação maior do que o Governador, não há crime há punir. No caso do inciso I do artigo 1º do Decreto Lei nº201/67, o elemento subjetivo é o dolo genérico, ou seja, a vontade livre e consciente do agente de reter, para si ou para outrem, bens ou rendas públicas. Decisão por unanimidade.

(A.Penal. - PA. Acórdão nº35.449. Relator: Des. ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 07/12/98).

EX-PREFEITO. MERA IRREGULARIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO À POPULAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CRIME. ABSOLVIÇÃO.

Ação Penal contra ex-Prefeito. Mera irregularidade oriunda de gestão interiorana, que, em seu detrimento, não se fez sentir nenhum prejuízo à população, não constitui crime a punir, ao viés da Lei nº8.666/93 e Dec. Lei nº201/67, pelo que, impõe-se a absolvição do acusado por maioria de votos.

(A.Penal. – PA. Acórdão nº 35.448. Relator designado: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA. Câmaras Criminais Reunidas. Por Maioria. Julgamento: 27/04/98).

AÇÃO PENAL. DENÚNCIA. RECEBIMENTO. NEXO DE CAUSALIDADE COMPROVADO.

Ação Penal. Recebimento de denúncia. Processo-crime previsto no artigo 121, §3º do CPB. Estando plenamente comprovado o nexo de causalidade entre o evento lesivo e a conduta do denunciado é de ser recebida a denúncia em todos os seus termos. Decisão por maioria de votos.

(A.Penal. – PA. Acórdão nº35.447. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. Câmaras Criminais Reunidas. Por maioria. Julgamento: 08/02/99).

AÇÃO PENAL. DENÚNCIA. RECEBIMENTO. NEXO DE CAUSALIDADE COMPROVADO.

Ação Penal. Recebimento de denúncia. Processo-crime previsto no artigo 121, §3º do CPB. Estando plenamente comprovado o nexo de causalidade entre o evento lesivo e a conduta do denunciado é de ser recebida a denúncia em todos os seus termos. Decisão por maioria de votos.

(A.Penal. – PA. Acórdão nº35.447. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. Câmaras Criminais Reunidas. Por maioria. Julgamento: 08/02/99).

CRIME DE AÇÃO PRIVADA. INQUÉRITO POLICIAL. DECADÊNCIA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.

Inquérito Policial. Crime de Ação Privada. O ofendido ou seu representante legal decairá do direito de queixa se não o exercer no prazo estabelecido em lei, impondo-se a extinção da punibilidade em virtude da ocorrência de decadência, nos termos do artigo 38 do Código Penal. Decisão unânime.

(A.Penal – PA. Acórdão nº35.437. Relatora: Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 29/06/98).

A G R A V O

CRIME HEDIONDO. LEI DE TORTURA. INOCORRÊNCIA DE REVOGAÇÃO DO §1º DO ART. 2º DA LEI 8.072/90. IMPOSSIBILIDADE DE PROGRESSÃO DE REGIME.

Recurso de Agravo. Regime de cumprimento de pena. Crime hediondo. infringência ao art. 137 §3º “in fine”. O regime de cumprimento da pena suscitado no presente feito é o integralmente fechado. Decisão emanada do STF concluiu que a Lei nº 9.455/97 (Lei de Tortura), quanto à execução de pena, não revogou o §1º do art. 2º da Lei nº 8.072/90, inviabilizando a progressão de regime para os delitos tipificados como hediondos. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Ag. - PA. Acórdão nº35.753. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 18/02/99).

A P E L A Ç Ã O

RECURSO DE APELAÇÃO. CRIME PREVISTO NO ART. 12 DA LEI 6.368/67. PROCESSO INICIADO POR PORTARIA.

Devido à fuga do recorrente, no momento da apreensão da substância tóxica, em sua residência. A simples condição de policial, ainda que participante da apreensão da “cannabis sativa”, não torna por si só suspeito o depoimento da testemunha, para provar o crime de guarda de matéria entorpecente, não é essencial o testemunho da venda. Redução da pena para 05 anos e 02 meses de reclusão, e multa em razão das consequências do crime para a família do réu. Recurso conhecido e parcialmente provido.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº 35.209. Relator: Des. WERTHER BENEDITO COELHO. 2ª Câmara Criminal Isolada. Por Maioria. Julgamento: 22/10/98).

APRECIÇÃO DE FATOS. VERSÕES DIVERGENTES. FACULDADE RESERVADA À JUSTIÇA POPULAR.

Recurso de Apelação. Somente à Justiça Popular é reservada a faculdade de apreciação dos fatos e de, em caso de versões divergentes, optar pela que lhe pareça mais razoável, - In casu, das versões existentes, decidindo-se o Júri pela do dominus litis, não contrariou, manifestamente, a prova dos autos – recurso conhecido e improvido – Decisão mantida, por maioria de votos, corrigindo-se, somente, o regime de cumprimento da pena, de fechado para inicialmente fechado (ex-vi do art. 33 §2º, alínea “a” do CPB).

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº35.581. Relator designado: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. 3ª Câmara Criminal Isolada. Por maioria. Julgamento: 05/02/99).

HOMICÍDIO. VIOLENTA EMOÇÃO. APELAÇÃO POR NOVO JÚRI. NULIDADE ABSOLUTA.

Réu pronunciado pela prática de crime capitulado no art. 121, §2º, inciso II, do C.P. Apelação por novo júri ante a alegação da prática do ato sob violenta emoção. Preliminar de intempestividade do recurso rejeitada, à unanimidade. Nulidade absoluta, tanto por teses de questionamentos incompatíveis pelo Jurado Popular. Recurso conhecido e provido, por maioria.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº35.716. Relator designado: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA. 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 17/03/98).

SEMI-IMPUTABILIDADE DO RÉU ATESTADA POR EXAME MÉDICO-LEGAL. NULIDADE DE SENTENÇA.

Apelação Penal. Nulidade de Sentença. Semi-imputabilidade do réu. anula-se a sentença proferida contra réu de imputabilidade plena, quando o exame médico legal devidamente homologado pelo Juízo, atesta a sua semi-imputabilidade. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº35.754. Relatora: Desa. LÚCIA CLAIREFONT SEGUIN DIAS CRUZ 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 20/11/98).

HOMICÍDIO SIMPLES. DECISÃO DE ACORDO COM OS PRECEITOS LEGAIS.

Apelação Penal. Homicídio Simples. Decisão que preenche todos os requisitos legais. Deve ser confirmada. Apelação conhecida e improvida. Decisão unânime.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº35.755. Relatora: Desa. LÚCIA CLAIREFONT SEGUIN DIAS CRUZ 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 04/12/98).

APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

Apelação Criminal. Intempestividade. Não deverá ser conhecido o apelo, se configurada está a intempestividade de sua interposição. Recurso não conhecido. Decisão unânime.

(Ap.Crim. – PA. Acórdão nº35.825. Relatora: Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 23/03/99).

INOCORRÊNCIA DA EXCLUDENTE DE ANTIJURIDICIDADE DA LEGÍTIMA DEFESA. INIDONEIDADE DO LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO. CONJUNTO PROBATÓRIO PERFEITAMENTE COERENTE E CONVINCENTE.

Penal. Apelação. Crime capitulado no art. 129, §1º, inciso II, do Código Penal Brasileiro. Réu condenado a 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão. Inocorrência da excludente de antijuridicidade da legítima defesa. Inidoneidade do Laudo de Exame de Corpo de Delito. Conjunto probatório perfeitamente coerente e convincente. Possibilidade de reconhecimento da agravante prevista no art. 61, inciso II, alínea “A”, do Código Penal Brasileiro, independentemente de constar ou não da denúncia. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº35.933. Relator: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA. 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 26/02/99).

ESTUPRO. AUTORIA DUVIDOSA. ÁLIBIS APURADOS. INVESTIGAÇÕES POLICIAIS CONDUZIDAS COM ALTO GRAU DE EMOÇÃO E TENDENCIOSAMENTE. ABSOLVIÇÃO.

Apelação Penal. Estupro. Autoria duvidosa. Quando existirem álibis apurados como verídicos, em contrapartida às investigações policiais conduzidas com alto grau de emoção e tendenciosamente, e a prova técnica não se apresentar clara e evidente sobre a materialidade e autoria delituosa, a absolvição é necessariamente justa. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº35.970. Relatora: Desa. LÚCIA DE CLAIREFONT SEGUIN DIAS CRUZ. 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 26/02/99).

CONCURSO MATERIAL. PRESENÇA DO AGENTE NO LOCAL DO CRIME EMPRESTANDO APOIO MORAL À CONDUTA DELITUOSA DOS CO-RÉUS.

Apelação Penal. Crime tipificado no art. 213 e 214 do CPB. Concurso material. Preliminar de Nulidade da sentença por inexistência de fundamentação. Improcedência. Somente o direito de apelar em liberdade torna imprescindível a fundamentação prevista no do §2º do art. 2º da Lei 8.072/90. Co-autoria. Comprovação para a concretização da co-autoria basta a simples presença do agente no local do crime emprestando apoio moral à conduta delituosa dos co-réus, Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº35.930. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 25/03/99).

H A B E A S
C O R P U S

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ARBITRAMENTO DE FIANÇA. PACIENTE ACUSADO DE CRIME ANTERIOR POR CRIME DE MESMA NATUREZA.

Inadmissibilidade. Prisão em flagrante revestida das formalidades legais. Negativa de autoria e prática do crime. Questões ligadas à valoração das provas. Ordem denegada.

(H.C.Lib. - PA. Acórdão nº 35.187. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 07/12/98).

CRIME DE ESTELIONATO. FUGA E CONTUMÁCIA DA PACIENTE. NECESSIDADE DE MEDIDA EXTREMA.

Fundamentada está a prisão cujo despacho que determina a sua decretação, embora sucinto, discorre sobre os atos ilícitos da paciente os danos provocados às suas vítimas e tece considerações sobre a fuga e contumácia da mesma na prática delitiva, demonstrando o convencimento da autoridade judicial sobre a necessidade da medida extrema, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal. Processo em fase final. Paciente com outras decretações de prisão preventiva, por diversas varas penais. Ordem denegada, ante a falta de amparo legal.

(H.C.Lib. - PA. Acórdão nº 35.088. Relator: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA. Câmaras Criminais Reunidas. Por Maioria. Julgamento: 16/11/98).

AUTO DE FLAGRANTE MANTIDO SEM O LAUDO DE CONSTATAÇÃO DAS SUBSTÂNCIAS APREENDIDAS. NULIDADE DO INQUÉRITO POLICIAL NÃO CARACTERIZADA.

Habeas Corpus Liberatório. Auto de Flagrante mantido sem o Laudo de Constatação das substâncias apreendidas. Irregularidade que embora não caracterize nulidade do inquérito policial, autoriza, contudo, o relaxamento da prisão. Ordem concedida. Decisão unânime.

(H.C.Lib. - PA. Acórdão nº 35.444. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 08/02/99).

CRIME DE MOEDA FALSA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. FALTA DE OBJETO.

Habeas Corpus Liberatório com pedido de Liminar. Incompetência do Juízo indicado como coator em razão da matéria. Crime tipificado no art.289, §1º do C.P.B. Tratando-se de crime de moeda falsa. A competência para processar e julgar a ação penal é da Justiça Federal. Pedido prejudicado por falta de objeto. Decisão unânime.

(H.C.Lib. – PA. Acórdão nº35.441. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 08/02/99).

PRISÃO POR TEMPO SUPERIOR AO QUE DETERMINA A LEI. EXCESSO DE PRAZO. COAÇÃO ILEGAL.

Excesso de prazo na instrução criminal. Considerar-se-á coação ilegal, quando alguém estiver preso por mais tempo de que determina a lei. Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofreu coação ilegal em sua liberdade de locomoção. Ordem concedida.

(H.C.Lib.c/p.Lim. – PA. Acórdão nº35.594. Relator: Des. OTÁVIO MARCELINO MACIEL. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 22/02/99)

INCOMPATIBILIDADE DO IMPETRANTE. IMPOSSIBILIDADE DE EXERCÍCIO DE ADVOCACIA.

Habeas Corpus Liberatório. Incompatibilidade do impetrante. Não conhecimento. Quando o pedido de Habeas Corpus, tem como impetrante pessoa que não pode exercer a advocacia, dada sua incompatibilidade por ser serventário da justiça, é de não se conhecer a ordem. Writ não conhecido por maioria.

(H.C.Lib. – PA. Acórdão nº35.439. Relator designado: Des. ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT. Câmaras Criminais Reunidas. Por maioria. Julgamento: 16/03/98).

CO-AUTORIA. PRISÃO PREVENTIVA. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE ESTENDER-SE IGUAL BENEFÍCIO AO OUTRO RÉU. DIFERENTES SITUAÇÕES NO PROCESSO.

H.C. Liberatório. Prisão Preventiva. Fundamentação. Extensão de benefício no primeiro grau: Inocorrência de identidade de situações de acusados. Prisão Preventiva sedimentada em despacho suficientemente fundamentado, não pode ser inquinado de nulidade, inexistindo, portanto, constrangimento ilegal alegado. Por outro lado, o benefício concedido a co-réu, não pode ser estendido ao paciente, haja vista a diferença de situação de ambos no processo. Writ denegado por unanimidade.

(H.C.Lib. - PA. Acórdão nº35.717. Relator: Des. ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 15/03/99).

RÉU FORAGIDO. CONTRIBUIÇÃO DA DEFESA PARA A MORA PROCESSUAL. ORDEM DENEGADA.

H.C. Liberatório. Revogação de prisão preventiva. Réu foragido do distrito da culpa: inadmissibilidade. H.C por extensão: situação do réu diferente ao outro acusado. Constrangimento Ilegal não configurado. Quando de certo modo, a defesa contribui para a mora processual, não pode aproveitar-se desse fundamento para, através de H.C. requerer a liberdade do paciente. Ademais, o feito já alcançou a fase das alegações superando, assim, o eventual excesso de prazo para a conclusão do processo. Writ negado por unanimidade.

(H.C.Lib. - PA. Acórdão nº35.718. Relator: Des. ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 1º/03/99).

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. DILAÇÃO PROCESSUAL. INOCORRÊNCIA.

Penal. Processual. Habeas Corpus Liberatório. Excesso de prazo. Incorre dilação processual, para o início da fase de execução penal, pois o juízo “a quo” já remeteu a carta de guia, para tal finalidade. Ordem negada. Decisão unânime.

(H.C.Lib. - PA. Acórdão nº35.722. Relator: Des. WERTHER BENEDITO COÊLHO. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 08/02/99).

EXCESSO DE PRAZO PARA A INSTRUÇÃO. HABEAS CORPUS. ORDEM CONCEDIDA.

Penal. Processual. Habeas Corpus Liberatório. Estando provado “ quantum satis”, que citado paciente se encontrava em Belém, no dia do crime, ocorrido na jurisdição de vigia, acrescido do excesso de prazo para a instrução, torna-se razoável o pedido. Ordem concedida, para o impetrante, em tela, responder o presente processo, em liberdade.

(H.C.Lib. – PA. Acórdão nº35.705. Relator: Des. WERTHER BENEDITO COELHO. Câmaras Criminais Reunidas. Por maioria. Julgamento: 15/03/99).

ALIMENTOS. PENSÃO ALIMENTÍCIA. PRISÃO CIVIL. INADMISSIBILIDADE. ALIMENTANTE DESEMPREGADO.

A falta de pagamento da pensão alimentícia não justifica pura e simplesmente a medida extrema da prisão do devedor, havendo que se examinar os fatos apontados pelo alimentante em sua justificação.

(H.C.Prev.c/ped.lim. - PA. Acórdão nº35.729. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. Câmaras Criminais Reunidas. Por maioria. Julgamento: 22/03/99).

INEXISTÊNCIA DE EXCESSO DE PRAZO. INDIVÍDUO DE ALTA PERICULOSIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA FIXA.

Habeas Corpus Liberatório. Excesso de prazo. Inexistência. Liberdade Provisória. Impossibilidade face o vasto currículo no mundo do crime e não comprovação de residência fixa no distrito da culpa.

(H.C.Lib.c/ped.lim. - PA. Acórdão nº35.731. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. Câmaras Criminais Reunidas. Por maioria. Julgamento: 22/03/99).

CRIME DE LATROCÍNIO. RÉU CONFESSO. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA.

Habeas Corpus Liberatório com pedido de liminar. Paciente denunciado pela prática de crime capitulado no art. 157, §3º do CPB, c/c art. 1º, II, da Lei nº8.072/90 (Latrocínio) – Liminar denegada. Réu confesso. Evidência de periculosidade. Decisão do MMº Juízo “ a quo” fundamentada. Atraso da instrução criminal justificado. Ordem denegada. Decisão unânime.

(H.C.Lib.c/ped.lim. – PA. Acórdão nº35.706. Relator: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 23/11/98).

PACIENTE PRESA POR MAIS DE 120 DIAS E GESTANTE. EXCESSO DE PRAZO CONFIGURADO.

Habeas Corpus. Paciente presa por mais de 120 dias e gestante. Excesso de prazo caracterizado. Ordem concedida.

(H.C.Lib. - PA. Acórdão nº35.723. Relator: Des. OTÁVIO MARCELINO MACIEL. Câmaras Criminais Reunidas. Por maioria. Julgamento: 22/03/99).

PROCESSO COM QUATRO RÉUS. COMPLEXIDADE. DILAÇÃO DO PRAZO JUSTIFICADA.

Excesso de Prazo. Complexidade do processo com quatro réus. Motivo justo para a dilação do prazo. Ordem denegada unanimemente.

(H.C.Lib. – PA. Acórdão nº 35.703. Relator: Des. OTÁVIO MARCELINO MACIEL. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 15/03/99).

CO-AUTORIA. PRISÃO PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA DE IDENTIDADE DE SITUAÇÃO DOS ACUSADOS

H.C. Liberatório. Prisão preventiva: fundamentação. Extensão do benefício no primeiro grau: inocorrência de identidade de situação dos acusados. Prisão preventiva sedimentada em despacho suficientemente fundamentado, não pode ser inquinado de nulidade, inexistindo, portanto, constrangimento ilegal alegado. Por outro lado, o benefício concedido a co-réu, não pode ser estendido ao paciente, haja vista a diferença de situação de ambos no processo. Writ denegado por unanimidade.

(H.C.Lib. – PA. Acórdão nº35.717. Relator: Des. ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 15/03/99).

MORA PROCESSUAL CONTRIBUÍDA PELA DEFESA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAR-SE DESSE FUNDAMENTO PARA REQUERER A LIBERDADE DO PACIENTE.

H.C.Liberatório. Revogação de Prisão preventiva. Réu foragido do distrito da culpa: Inadmissibilidade – H.C. por extensão: situação do réu diferente ao outro acusado. Constrangimento ilegal não configurado. Quando, de certo modo, a defesa contribui para a mora processual, não pode aproveitar-se desse fundamento para, através de H.C., requerer a liberdade do paciente. Ademais, o feito já alcançou a fase das alegações superando, assim, o eventual excesso de prazo para a conclusão do processo. Writ denegado por unanimidade.

(H.C.Lib. – PA. Acórdão nº35.718. Relator: Des. ELZAMAN DA CONCEIÇÃO BITENCOURT. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 1º/03/99).

AMPLA DEFESA NÃO REALIZADA PELO DEFENSOR TÉCNICO. OFERECIMENTO DA DEFESA COM PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO NAS ALEGAÇÕES FINAIS. INEXISTÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DA PROPOSITURA DE RECURSO PARA O TRIBUNAL.

Penal. Processual. Habeas Corpus para anular sentença condenatória. Ampla defesa não realizada pelo defensor técnico. Oferecimento da defesa, nas alegações finais, com pedido de absolvição, afastado pelo senhor Juiz, não torna obrigatória a propositura de recurso para o tribunal. Ordem denegada. Decisão unânime.

(H.C.Lib. – PA. Acórdão nº36.023. Relator: Des. WERTHER BENEDITO COELHO. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 22/02/99).

EXCESSO DE PRAZO PARA INSTRUÇÃO. DEMORA JUSTIFICADA. COMPLEXIDADE DO PROCESSO.

Penal. Processual. Habeas Corpus Liberatório. Excesso de prazo para instrução. A demora justifica-se além do prazo previsto no art. 880, §3º, do CPP, em decorrência da complexidade do processo, em razão da habitualidade delinquencial do paciente, revelada em processos reunidos. Ordem negada. Decisão unânime.

(H.C.Lib. – PA. Acórdão nº36.025. Relator: Des. WERTHER BENEDITO COELHO. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 08/03/99).

EXTRAVIO DE PROCESSO. CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. CARACTERIZADO.

Habeas Corpus Liberatório. Paciente condenado. Extravio de processo. Sentença não transitada em julgado. Concessão de liberdade provisória. Constrangimento Ilegal. Caracterizado.

(H.C.Lib. - PA. Acórdão nº35.927. Relator: Des. YVONNE SANTIAGO MARINHO. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 12/04/99).

EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIO SUFICIENTE DE AUTORIA. PACIENTE FORAGIDO. ORDEM DENEGADA.

Habeas Corpus Liberatório. Liminar indeferida. Existência do crime e indício suficiente de autoria. Paciente ainda foragido e não encarcerado como alega o impetrante. Prisão preventiva devidamente fundamentada. Ordem denegada. Decisão unânime.

(H.C.Lib.c/ped.Lim. – PA. Acórdão nº35.440. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 08/02/99).

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR. PRESENÇA DO “FUMUS BONI JURI E DO PERICULUM IN MORA”. ORDEM CONCEDIDA.

Habeas Corpus Liberatório com pedido de Liminar. Estando o decreto cautelar redigido de modo sucinto e sem a devida fundamentação. Mantém-se a liminar antes deferida em razão da presença do “*fumus boni juri e do periculum in mora*” e concede-se, finalmente, a ordem impetrada. Decisão unânime.

(H.C.Lib.c/ped.Lim. – PA. Acórdão nº35.438. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 08/02/99).

CRIME HEDIONDO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INEXISTÊNCIA.

Habeas Corpus Liberatório com pedido de liminar. Crime Hediondo. Constrangimento Ilegal. Inexistência. Excesso de prazo na formação de culpa. Demora justificada pelo Juízo “a quo” quanto alegada demora para encerramento da instrução criminal e sendo a mesma decorrente de fatores alheios a máquina judiciária não se caracteriza o alegado constrangimento ilegal. Ademais o crime atribuído aos pacientes, de natureza hedionda, ao teor do art. 2º da Lei nº8.072/90 não autoriza a liberdade provisória requerida. Ordem denegada. Decisão unânime.

(H.C.Lib.c/ped.Lim. – PA. Acórdão nº35.704. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 17/08/98).

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. TRANCAMENTO DE AÇÕES PENAIS. INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA DE CADA UM DOS AGENTES. ORDEM CONCEDIDA.

Habeas Corpus. Crimes contra a Ordem Tributária. Trancamento de ações penais. Fundamentos: 01. Ausência de prova quanto ao encerramento do procedimento administrativo em relação à exigência do crédito tributário. 02. Não individualização da conduta de cada um dos acusados na participação dos crimes a eles atribuídos. O primeiro, desprocede, porque a representação fiscal não erige-se em condição de procedibilidade no âmbito do processo penal e, entender-se diferente, estar-se-á retirando do Ministério Público a titularidade exclusiva da ação penal pública (ex-vi do art. 129, I da Constituição Federal). O segundo, ao contrário, procede, pois nos crimes societários ou de autoria coletiva, não é suficiente a descrição genérica dos fatos e a indicação dos responsáveis. Exige-se do *dominus litis* que individualize a conduta de cada um dos agentes, a fim de se possibilitar o exercício do contraditório e da ampla defesa. Por este motivo concede-se a Ordem Impetrada e conseqüentemente determina-se o trancamento dos processos a que respondem os pacientes, que tramitam pela 16ª Vara Penal da Comarca da Capital, nos quais estão incursionados por infração ao artigo 2º, inciso II, da Lei nº8.137/90, c.c o artigo 71, do Código Penal. Decisão unânime.

(H.C.p/tranc. A.Penal. – PA. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 19/04/99).

EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DILAÇÃO DE PRAZO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.

Habeas Corpus Liberatório. Crime capitulado no art. 214 do Código Penal Brasileiro. Alegação de excesso de prazo na formação da culpa. Ação Penal em fase conclusiva. Superado o constrangimento ilegal por dilação de prazo da instrução criminal. Demais alegações sem amparo legal. Incabível exame aprofundado de provas pela via do Habeas Corpus. Ordem denegada. Decisão unânime.

(H.C.Lib. - PA. Acórdão nº35.923. Relator: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA. Câmaras Criminais Reunidas. Unânime. Julgamento: 22/03/99).

OFERECIMENTO DE DENÚNCIA SEM INQUÉRITO. POSSIBILIDADE. ART.39, § 5º DO CPP.

Habeas Corpus para trancamento de Ação Penal. Exame de prova inadmissível. Denúncia oferecida sem inquérito. 1. Discussão de matéria de prova é vedado no âmbito restrito de “habeas corpus”. 2. A denúncia pode ser oferecida pelo Órgão do Ministério Público, sem inquérito, se forem apresentados elementos que o habilite a promover a ação penal (§ 5º art. 39 do CPP) - Pedido não conhecido em relação aos pacientes David e Alberto, e denegado quanto à paciente Myriam Jacob Serruya.

(H.C.p/tranc.A.Penal - PA. Acórdão nº35.922. Relator: Des. OTÁVIO MARCELINO MACIEL. Câmaras Criminais Reunidas. Por maioria. Julgamento: 12/04/99).

R E C U R S O
EM
S E N T I D O
E S T R I T O

MINISTÉRIO PÚBLICO. LIBERDADE PROVISÓRIA. PEDIDO DE EXTENSÃO. ART. 580 DO CPPB.

Réu em situação processual diferente. Inaplicabilidade. Para que pudesse, a decisão liberatória ser estendida ao recorrente, era necessário fossem idênticas as situações de ambos no processo, identidade que, repete-se, inocorre. Recurso conhecido e provido.

(Rec.P.Sent.Estr. - PA. Acórdão nº 35.084. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 17/11/98).

PRELIMINAR DE PREJUDICIALIDADE ACOLHIDA. PERDA DE OBJETO.

Recurso Penal em Sentido Estrito. Preliminar de Prejudicialidade. Acolhimento. Estando a causa, objeto dos presentes autos com sentença transitada em julgado, é de considerar-se prejudicada a impetração por perda de objeto. Recurso improvido. Decisão unânime.

(Rec.Pen.Sent.Estr. - PA. Acórdão nº36.136. Relatora: Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA. 1ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 23/03/99).

ACIDENTE DE TRÂNSITO. OCORRÊNCIAS DOS FATOS E MATERIALIDADE DELITIVA COM RELAÇÃO A CADA UM DOS ACUSADOS. COMPROVAÇÃO.

Homicídio Doloso. Acidente de trânsito. Comprovadas as ocorrências dos fatos e a materialidade delitiva com relação a cada um dos acusados. Autoria indubitosa. Dolo correspondente à vontade dirigida para determinado fim. Impossibilidade de se abstrair do resultado a participação dos acusados.

(Rec.Pen.Sent.Estr. - PA. Acórdão nº35.929. Relator: Des. YVONNE SANTIAGO MARINHO. 1ª Câmara Criminal Isoladas. Unânime. Julgamento: 06/04/99).

CRIME HEDIONDO. PROGRESSÃO DE REGIME.

Recurso Penal em Sentido Estrito. Crime Hediondo. Progressão de regime. Havendo uma sintomatologia de desigualdade incompatível com a nossa constitucionalidade, deve o juízo garantir a aplicação de direitos iguais. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime.

(Rec.Pen.Sent.Estr. - PA. Acórdão nº35.967. Relatora: Desa. LÚCIA DE CLAIREFONT SEGUIN DIAS CRUZ 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 23/10/98).

RÉUS CONFESSOS. EXCLUDENTE DO CRIME NÃO CONFIGURADA.

Recurso em Sentido Estrito. Presentes os pressupostos da pronúncia. Réus confessos. Não configurada excludente do crime. Recurso conhecido e não provido.

(Rec.Sent.Estr.- PA. Acórdão nº35.966. Relator: Des. OTÁVIO MARCELINO MACIEL. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 15/04/99).

CRIME DE HOMICÍDIO. ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA. INCONSISTÊNCIA.

Recurso Penal em Sentido Estrito. Infingência do art. 121 c/c o art. 14, II do CPB. Alegação de legítima defesa. Inconsistência. Pronúncia. Para que fique configurada a legítima defesa na fase de pronúncia é necessário que as provas carreadas aos autos apresentem-se indenes de dúvidas, não sendo bastante a simples alegação sobre a excludente. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

(Rec.Pen.Sent.Estr. - PA. Acórdão nº35.931. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 18/04/99).

ÍNDICE SISTEMÁTICO

AÇÃO PENAL

- CRIMES COMUM E DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO MUNICIPAL. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO E DE NEGAÇÃO DE EXECUÇÃO DE LEI MUNICIPAL. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE DAS NORMAS INCRIMINADORAS. 79
- EX-PREFEITO MUNICIPAL. AÇÃO PENAL. DENÚNCIA. ART.312, C/C 71 E 327 DO CPB. INEXISTÊNCIA DE CRIME. ABSOLVIÇÃO. 79
- EX-PREFEITO. MERA IRREGULARIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO À POPULAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CRIME. ABSOLVIÇÃO. 80
- AÇÃO PENAL. DENÚNCIA. RECEBIMENTO. NEXO DE CAUSALIDADE COMPROVADO. 80
- CRIME DE AÇÃO PRIVADA. INQUÉRITO POLICIAL. DECADÊNCIA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. 81

AÇÃO RESCISÓRIA

- AÇÃO RESCISÓRIA. ESPÓLIO. EXCLUSÃO DA PENHORA DOS IMÓVEIS. IMPROCEDÊNCIA. . 13
- AÇÃO RESCISÓRIA. PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. INOCORRÊNCIA DE COISA JULGADA MATERIAL EM VIRTUDE DE NÃO EXISTIR LIDE. INEXISTÊNCIA NA SENTENÇA RESCINDENDA. 13

AGRAVO CÍVEL

- TUTELA ANTECIPADA. CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR. DESPACHO DE FEITO DE NATUREZA SATISFATIVA. 17
- AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE SENTENÇA EM AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DESACOLHIDA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL. 17
- AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇA OBRIGATÓRIA. JUNTADA POSTERIOR. 17
- AÇÃO DE USUCAPIÃO. IMPROCEDÊNCIA. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CONCESSÃO DE LIMINAR. 18

- MEDIDA CAUTELAR INOMINADA DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ILEGALIDADE PRATICADA POR PREFEITO MUNICIPAL 18
- Acórdão AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÕES DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS PROPOSTAS CONTRA ÓRGÃOS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL DE BELÉM 19
- AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA 19
- SUBSTITUIÇÃO DO BEM OFERECIDO À PENHORA. ADMISSIBILIDADE 20
- AGRAVO. REJEIÇÃO DE PRELIMINARES. DECISÃO QUE EXIGE FUNDAMENTAÇÃO A TEOR DO ART. 93, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 165 DO CPC 20
- INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. RECUSA EM SE SUBMETER AO DNA. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, ART. 5º, II, DA CF. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO STF EM DESACORDO COM A OBRIGATORIEDADE DA REALIZAÇÃO DO EXAME DNA CONTRA A VONTADE DO PERICIADO. PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE DO CORPO HUMANO 21
- AGRAVO INOMINADO. PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS E EXTRÍNSECOS EXIGIDOS PELO ART. 525, I, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE SER A SENTENÇA COMPLEMENTADA OU SUPLEMENTADA 21
- OBRIGATORIEDADE DE DOCUMENTOS. ART.525, INCISO I, DO CPC. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS 22
- PREVISÃO LEGAL DE PROIBIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE SER AFASTADO O PODER DE INSPEÇÃO DO JUIZ 22
- DESAPOSSAMENTO DO BEM EXECUTADO EM FAVOR DO CREDOR. GRAVAME SIGNIFICATIVO 22
- PROCESSO DE EXECUÇÃO. PEDIDO DE REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES À DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL. INDEFERIMENTO. ARTIGO 5º, INCISOS X E XII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 23
- SUSPENSÃO DO PROCESSO. CARTA PRECATÓRIA. REVOGAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO CONCEDIDO INICIALMENTE 23

APELAÇÃO CÍVEL

- VEÍCULO. SEGURO. INADIMPLÊNCIA DE OBRIGAÇÃO CONTRATUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO 29

- AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANO. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO ENVOLVENDO VEÍCULO SEGURADO. PAGAMENTO CONCERNENTE AOS DANOS MATERIAIS CAUSADOS NO VEÍCULO, EFETUADO POR FORÇA CONTRATUAL, PELA SEGURADORA. 30
- MEDIDA CAUTELAR INESPECÍFICA. OBJETIVO PRECÍPUO DE SUSPENSÃO DA PENA IMPOSTA AO SÓCIO REQUERENTE PELA DIRETORIA DO CLUBE REQUERIDO, APÓS SINDICÂNCIA EIVADA DE IRREGULARIDADES. 30
- AÇÕES DE MANUTENÇÃO DE POSSE C/C PERDAS E DANOS E DESPEJO POR DENÚNCIA VAZIA. DIREITO DE PREFERÊNCIA DO LOCATÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL DA AÇÃO POSSESSÓRIA POR CARÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO E DECRETAÇÃO DO DESPEJO. ADMISSIBILIDADE. 31
- AÇÃO DE DESPEJO. RITO ORDINÁRIO. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS CONDICIONADO À PURGAÇÃO DA MORA E À NÃO CONTESTAÇÃO. 31
- FALÊNCIA. PRIMEIRA FASE. DESNECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. 37
- AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE LOTE URBANO. RESCISÃO AUTOMÁTICA. INADMISSIBILIDADE. 37
- APELAÇÃO. INTERPOSIÇÃO POR ADVOGADO SUSPENSO PELA OAB-PA. 38
- POSSE. INCABIMENTO DE AÇÃO REIVINDICATÓRIA. 38

APELAÇÃO CRIMINAL

- RECURSO DE APELAÇÃO. CRIME PREVISTO NO ART. 12 DA LEI 6.368/67. PROCESSO INICIADO POR PORTARIA. 89
- APRECIÇÃO DE FATOS. VERSÕES DIVERGENTES. FACULDADE RESERVADA À JUSTIÇA POPULAR. 89
- HOMICÍDIO. VIOLENTA EMOÇÃO. APELAÇÃO POR NOVO JÚRI. NULIDADE ABSOLUTA. 90
- SEMI-IMPUTABILIDADE DO RÉU ATESTADA POR EXAME MÉDICO-LEGAL. NULIDADE DE SENTENÇA. 90
- HOMICÍDIO SIMPLES. DECISÃO DE ACORDO COM OS PRECEITOS LEGAIS. 90
- APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO. 91
- INOCORRÊNCIA DA EXCLUDENTE DE ANTIJURIDICIDADE DA LEGÍTIMA DEFESA. INIDONEIDADE DO LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO. CONJUNTO PROBATÓRIO PERFEITAMENTE COERENTE E CONVINCENTE. 91

- ESTUPRO. AUTORIA DUVIDOSA. ÁLIBIS APURADOS. INVESTIGAÇÕES POLICIAIS CONDUZIDAS COM ALTO GRAU DE EMOÇÃO E TENDENCIOSAMENTE. ABSOLVIÇÃO. 91
- CONCURSO MATERIAL. PRESENÇA DO AGENTE NO LOCAL DO CRIME EMPRESTANDO APOIO MORAL À CONDUITA DELITUOSA DOS CO-RÉUS. 92

CONFLITO DE COMPETÊNCIA

- AÇÃO DE EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONEXÃO. IMPOSSIBILIDADE. TEORIA DA SUBSTANCIÇÃO DO PEDIDO. 47
- PRINCÍPIO DE IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. INAPLICABILIDADE. 47

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. “CAUSA PRETENDI” MAL INTERPRETADA PELO RELATOR. PREJUÍZOS FLAGRANTES. 51
- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DO JUIZ RESPONDER A TODOS OS QUESTIONAMENTOS DAS PARTES. 51
- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APRECIÇÃO DE PONTOS ATACADOS NOS EMBARGOS. REJEIÇÃO. 51
- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTERPOSIÇÃO COM FINALIDADE DE PRÉ-QUESTIONAMENTO. OMISSÃO NO JULGADO. 52
- EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. 52
- OCUPAÇÃO DE IMÓVEL INDEVIDAMENTE. EMBARGOS. TENTATIVA DE REDISSCUSSÃO DO ASSUNTO. 52
- MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAIS MILITARES E CIVIL DA ATIVA. ABONO SALARIAL. INEXISTÊNCIA DE LEI PREVENDO A MATÉRIA. 53
- INADMISSIBILIDADE DE REVISÃO DO DECISUM EM SEDE DE EMBARGOS. LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ. 53
- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. EMBARGOS INCABÍVEIS. 53

EMBARGOS INFRINGENTES

- EMBARGOS INFRINGENTES. OMISSÃO. DESERÇÃO. 57.

HABEAS CORPUS

- HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ARBITRAMENTO DE FIANÇA. PACIENTE ACUSADO DE CRIME ANTERIOR POR CRIME DE MESMA NATUREZA. 95
- CRIME DE ESTELIONATO. FUGA E CONTUMÁCIA DA PACIENTE. NECESSIDADE DE MEDIDA EXTREMA. 95
- AUTO DE FLAGRANTE MANTIDO SEM O LAUDO DE CONSTATAÇÃO DAS SUBSTÂNCIAS APREENDIDAS. NULIDADE DO INQUÉRITO POLICIAL NÃO CARACTERIZADA. 95
- CRIME DE MOEDA FALSA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. FALTA DE OBJETO. 96
- PRISÃO POR TEMPO SUPERIOR AO QUE DETERMINA A LEI. EXCESSO DE PRAZO. COAÇÃO ILEGAL. 96
- INCOMPATIBILIDADE DO IMPETRANTE. IMPOSSIBILIDADE DE EXERCÍCIO DE ADVOCACIA. 96
- CO-AUTORIA. PRISÃO PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA DE IDENTIDADE DE SITUAÇÃO DOS ACUSADOS. 100
- MORA PROCESSUAL CONTRIBUÍDA PELA DEFESA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAR-SE DESSE FUNDAMENTO PARA REQUERER A LIBERDADE DO PACIENTE. 100
- HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. DILAÇÃO PROCESSUAL. INOCORRÊNCIA. 97
- EXCESSO DE PRAZO PARA A INSTRUÇÃO. HABEAS CORPUS. ORDEM CONCEDIDA. 98
- ALIMENTOS. PENSÃO ALIMENTÍCIA. PRISÃO CIVIL. INADMISSIBILIDADE. ALIMENTANTE DESEMPREGADO. 98
- INEXISTÊNCIA DE EXCESSO DE PRAZO. INDIVÍDUO DE ALTA PERICULOSIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA FIXA. 98
- CRIME DE LATROCÍNIO. RÉU CONFESSO. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA. 99
- PACIENTE PRESA POR MAIS DE 120 DIAS E GESTANTE. EXCESSO DE PRAZO CONFIGURADO. 99
- PROCESSO COM QUATRO RÉUS. COMPLEXIDADE. DILAÇÃO DO PRAZO JUSTIFICADA. 99
- CO-AUTORIA. PRISÃO PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA DE IDENTIDADE DE SITUAÇÃO DOS ACUSADOS. 100
- MORA PROCESSUAL CONTRIBUÍDA PELA DEFESA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAR-SE DESSE FUNDAMENTO PARA REQUERER A LIBERDADE DO PACIENTE. 100

- AMPLA DEFESA NÃO REALIZADA PELO DEFENSOR TÉCNICO. OFERECIMENTO DA DEFESA COM PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO NAS ALEGAÇÕES FINAIS. INEXISTÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DA PROPOSITURA DE RECURSO PARA O TRIBUNAL.101
- EXCESSO DE PRAZO PARA INSTRUÇÃO. DEMORA JUSTIFICADA. COMPLEXIDADE DO PROCESSO.101
- EXTRAVIO DE PROCESSO. CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. CARACTERIZADO.101
- EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIO SUFICIENTE DE AUTORIA. PACIENTE FORAGIDO. ORDEM DENEGADA.102
- HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR. PRESENÇA DO “FUMUS BONI IURI E DO PERICULUM IN MORA”. ORDEM CONCEDIDA.102
- CRIME HEDIONDO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INEXISTÊNCIA.102
- EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DILAÇÃO DE PRAZO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.103
- OFERECIMENTO DE DENÚNCIA SEM INQUÉRITO. POSSIBILIDADE. ART.39, § 5º DO CPP. ...104

MANDADO DE SEGURANÇA

- MANDADO DE SEGURANÇA. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO. ABONO SALARIAL CONCEDIDO AO PESSOAL EM ATIVIDADE.61

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

- MINISTÉRIO PÚBLICO. LIBERDADE PROVISÓRIA. PEDIDO DE EXTENSÃO. ART. 580 DO CPPB. 107
- PRELIMINAR DE PREJUDICIALIDADE ACOLHIDA. PERDA DE OBJETO.107
- ACIDENTE DE TRÂNSITO. OCORRÊNCIAS DOS FATOS E MATERIALIDADE DELITIVA COM RELAÇÃO A CADA UM DOS ACUSADOS. COMPROVAÇÃO.107
- CRIME HEDIONDO. PROGRESSÃO DE REGIME.108
- RÉUS CONFESSOS. EXCLUDENTE DO CRIME NÃO CONFIGURADA.108
- CRIME DE HOMICÍDIO. ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA. INCONSISTÊNCIA.108

REEXAME DE SENTENÇA

- SERVIDOR FALECIDO. PENSÃO. PAGAMENTO A MENOR PELA PREVIDÊNCIA. 69
- REEXAME DE SENTENÇA. SENTENÇA RECORRIDA. RECURSO OFICIAL IMPROVIDO. 69
- SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. ART. 40, § 5º DA CF/88. HIPÓTESE EM QUE CORRESPONDERÁ À TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS DO SERVIDOR FALECIDO. RECURSO VOLUNTÁRIO. 69
- DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE IRREGULARIDADE NA CONSTITUIÇÃO DO IMPETRANTE, DA INEXISTÊNCIA DO REGISTRO SINDICAL E DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA UNICIDADE SINDICAL - REJEITADA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO - REJEITADA. PRELIMINAR DE REPRESENTAÇÃO CLASSISTA E SUA BASE TERRITORIAL - REJEITADA. 70
- AÇÃO DECLARATÓRIA. UTILIZAÇÃO COMO FORMA DE CONSULTA. IMPOSSIBILIDADE. 70
- FUNCIONÁRIO PÚBLICO APOSENTADO. GRATIFICAÇÃO INTEGRANTE DOS PROVENTOS. SUBTRAÇÃO ATRAVÉS DE APOSTILA. IMPOSSIBILIDADE. 71
- SERVIDORA GESTANTE. DEMISSÃO IMOTIVADA. VIOLAÇÃO A PRINCÍPIO DO RESPEITO À MATERNIDADE E À GESTANTE. 71
- CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SALÁRIO. RETENÇÃO. 71
- AMPLA DEFESA. INOBSERVÂNCIA ATINGE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA CONCEDIDA. 72
- EXORDIAL INSTRUÍDA COM DOCUMENTOS QUE DEFINEM SITUAÇÃO FUNCIONAL. 72
- QUEDA DE ÁRVORE COM RAIZ COMPROMETIDA SOBRE VEÍCULO EM TRÂNSITO PELA AVENIDA PÚBLICA. RESPONSABILIDADE DA MUNICIPALIDADE EM REPOR O PATRIMÔNIO DO OFENDIDO. 72
- PENSÃO POR MORTE. TOTALIDADE DOS VENCIMENTOS OU PROVENTOS. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, ART. 40, §§ 4º E 5º. 73